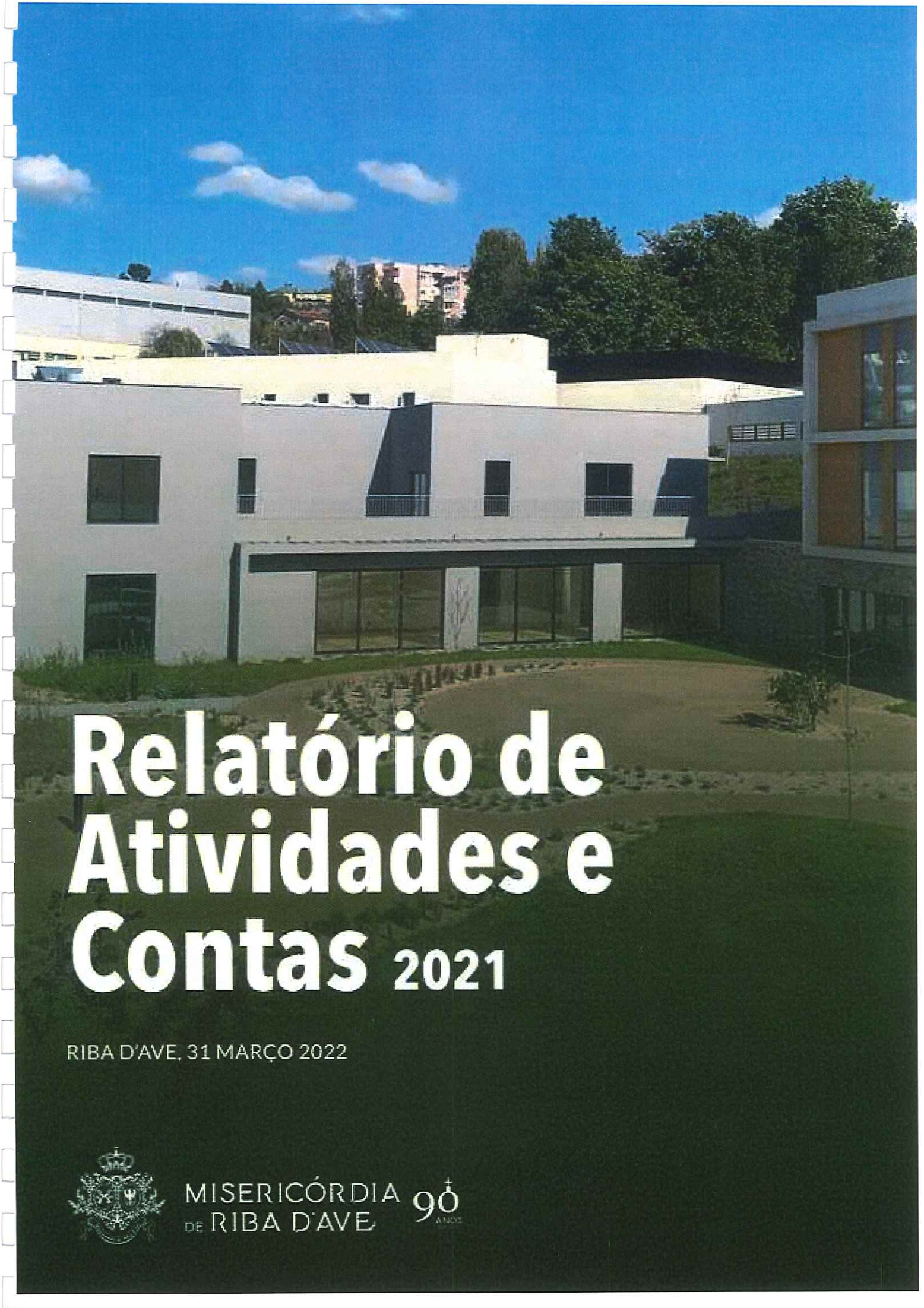


Relatório de Atividades e Contas 2021

RIBA D'AVE, 31 MARÇO 2022

MISERICÓRDIA DE RIBA D'AVE 90 ANOS

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO....3
2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA....4
3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL....7
3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D´AVE....8
3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA
3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS
3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA
3.1.4 CIDIFAD
3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D´AVE....21
3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS
3.2.2 DEPARTAMENTO DE QUALIDADE E FORMAÇÃO E CONTENCIOSO
3.2.3 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA
3.2.4 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM
3.2.5 SERVIÇO DE INFORMÁTICA
4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D´AVE....25
4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA
4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS / INTERNAMENTO MÉDICO E STC-19
4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM
5. ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA....28
5.1 RESULTADOS
5.2 VALÊNCIAS E PROGRAMAS
5.3 BALANÇO
5.4 INVESTIMENTOS
5.5 FUNDO DE MANEIO
5.6 RECURSOS HUMANOS
5.7 RÁCIOS
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS....40
7. PROPOSTAS....41
DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS....43
CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS....67
PARECER DO DEFINITÓRIO....71

1. INTRODUÇÃO

Nos termos do Compromisso da Irmandade, nomeadamente do determinado na alínea e) do artigo 27.º do citado documento, vem a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave (SCM Riba D´Ave) apresentar à Assembleia Geral o seu Relatório de Atividades do ano de 2021.

A Mesa Administrativa submete também à Assembleia Geral a apreciação e a aprovação das contas relativas ao mesmo período, colocando à disposição dos Irmãos todos os elementos que considerem necessários à formulação de um criterioso juízo sobre as mesmas.

2. ATIVIDADES DA MESA ADMINISTRATIVA

Em ano de agravamento da pandemia, a Mesa Administrativa não deixou de acompanhar a nova Comissão Executiva da SCM Riba D´Ave, nomeada em abril, apoiando as decisões no sentido de minimizar os constrangimentos que a situação sanitária pudesse refletir nos resultados económicos e financeiros da Instituição.

Tal como supracitado, a Mesa Administrativa procedeu a algumas alterações de *governance* da SCM Riba D´Ave, alargando a Administração a três elementos e reforçando a sua capacidade de gestão em resposta ao aumento de valências, complexidade e exigências que a Irmandade tem sofrido ao longo dos últimos anos, nomeadamente com a preparação da abertura do CIDIFAD.

Foi nomeada uma Comissão Executiva com três perfis diferentes. Um da área clínica, reconduzindo o Dr. Salazar Coimbra e nomeando-o como Presidente da Comissão Executiva, outro da área financeira, o Dr. Miguel Cerqueira, que era já o responsável financeiro, e um da área jurídica, o Dr. Diogo Coelho, com pelouros específicos para os diferentes setores de atividade e que se tem vindo a revelar de muita importância no desenvolvimento de ações comuns em todas as valências da SCM Riba D´Ave. Foram ainda promovidas pela Mesa Administrativa algumas alterações organizacionais e elencados objetivos específicos a serem cumpridos e que identificamos:

a) Reforçar a administração da SCM Riba D´Ave, garantindo que cada Administrador-Delegado tem responsabilidades claras sobre pelouros específicos e pela condução e aplicação das melhores práticas que garantam a implementação das diretivas da Mesa Administrativa e da Assembleia-Geral da Misericórdia;

b) Libertar o Presidente da Comissão Executiva de algumas tarefas que, pelo crescimento da Instituição, precisam de uma atenção mais focada e de uma responsabilidade mais próxima;

c) Delegar no Presidente da Comissão Executiva duas funções que, no entender da Mesa Administrativa, são fundamentais para o futuro da SCM Riba D´Ave, nomeadamente a implementação de medidas para transformar e melhorar o atendimento aos utentes no Hospital

Narciso Ferreira, impondo as alterações necessárias para adequar e atualizar a imagem, e melhorar o quadro e parcerias médicas, procurando reforçar o Hospital como uma unidade de saúde de referência nas suas diferentes valências e especialidades;

d) Garantir a capacidade de gestão para o futuro da Instituição, reforçando competências e segundas linhas, implementando um sistema mais autónomo e de responsabilização.

A Mesa Administrativa assegura que o esforço financeiro concretizado ao longo de 2020 e de 2021, adaptando e reforçando a capacidade de reposta da SCM Riba D´Ave no combate à COVID-19, foi extremamente importante pois assegurou as condições para a normalização das prestações assistenciais com segurança e confiança dos profissionais e dos utentes.

A Mesa Administrativa, durante o ano 2021, acreditando na renovação do Contrato-Programa com a Administração Regional de Saúde do Norte (ARS Norte) por mais cinco anos, foi surpreendida com o seu prolongamento por apenas um ano, conduzindo a uma relevante preocupação face aos investimentos concretizados e que tinham como base de manutenção do mesmo. Felizmente, e depois de grande empenho por parte da União das Misericórdias Portuguesas e das Misericórdias com hospitais, no final do mês de dezembro foi garantida a renovação do Contrato-Programa por cinco anos, no valor global de 42 milhões de euros.

A Mesa Administrativa participou, como habitualmente, nos seguintes encontros e reuniões:

a) Assembleia-Geral da União das Misericórdias Portuguesas (UMP) para aprovação do Relatório e Contas 2020;

b) Assembleia-Geral da UMP para aprovação do Plano de Atividades Orçamento 2022;

c) Reunião com os Órgãos Sociais da SCM Riba D´Ave, para, em prol da melhoria de desempenho da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva, debater a atual situação da Instituição.

A Mesa Administrativa, apesar da pandemia, mantem o cumprimento dos principais vetores de desenvolvimento de futuro da SCM Riba D´Ave, nomeadamente no Hospital, na Unidade de Cuidados Continuados, na Unidade de Intervenção Social e Educativa e no investimento do Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências (CIDIFAD).

3. ANÁLISE GLOBAL E SETORIAL

Durante o ano de 2021 continuamos com as exigências a que nos obrigou a pandemia, nomeadamente através do cumprimento integral dos planos de contingência, devidamente orientados de acordo com as normas emitidas pela Direção-Geral da Saúde, tanto no Hospital Narciso Ferreira, como na Unidade de Cuidados Continuados, Centro Infantil e Serviços de Internamento e de Tratamento à COVID-19. Ainda que em fase de conclusão, passaram pelas instalações do CIDIFAD centenas de doentes, permitindo uma avaliação funcional da estrutura como dar conhecer aos hospitais do SNS, à ARS Norte e aos Ministérios da Saúde e da Solidariedade Social as futuras instalações do CIDIFAD, demonstrando, ainda, o nosso esforço e a nossa complementaridade com o Serviço Nacional de Saúde no combate à pandemia.

Ainda no que diz respeito ao CIDIFAD, em 2021, através de uma tabela social, demos início a algumas atividades na Unidade de Dia e na Unidade de Internamento, tendo sido procuradas por muitas famílias e permitido desenvolver já alguns projetos de investigação para a demência, com destaque para as candidaturas aos Prémios BPI aprovadas junto da Fundação 'la Caixa'. Também demos início às consultas de avaliação multidisciplinar para diagnóstico das demências.

O Contrato-Programa com a ARS Norte, com um valor de 8 milhões de euros, foi muito importante para assegurar cerca de 50% da nossa atividade hospitalar, sendo que o protocolo com o Hospital Senhora da Oliveira, de Guimarães, para doentes agudos não COVID-19, o protocolo com a ARS Norte para doentes COVID-19, as cirurgias pediátricas para o hospital de Braga e os exames de gastrenterologia para os Hospitais de Famalicão, de Braga e de Guimarães, embora contribuíssem positivamente para colmatar a diminuição da referenciação de cirurgias SIGIC, não foram suficientes para atingir os resultados que previamos no Plano de Atividades e Orçamento face aos custos inerentes à recomendações da Direção-Geral da Saúde, aos custos dos equipamentos de proteção individual e dos testes PCR pré-operatórios, dos doentes internados e dos profissionais.

É verdade que não foi possível atingir o orçamento previsto. No entanto, garantimos a manutenção de todos os postos de trabalho, a continuidade da contratação de novos trabalhadores, as respetivas remunerações, alguns investimentos de melhoria e, acima de tudo, o integral cumprimento das nossas respostas e obrigações estatutárias em prol dos mais desfavorecidos, pelo que devem ser realçados os excelentes resultados sociais alcançados.

Da análise aos indicadores do Centro Infantil, podemos concluir que estes se mantêm em elevados patamares que, fruto das condições pedagógicas e estruturais, resultam da constante procura dos seus serviços por parte dos pais e encarregados de educação.

Mesmo com os constrangimentos resultantes da pandemia, o Hospital Narciso Ferreira continua a ter um papel preponderante e fulcral nos resultados atingidos pela SCM Riba D´Ave.

3.1 UNIDADES FUNCIONAIS DA SCM RIBA D´AVE

3.1.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

A crise pandémica alterou o modo e as dinâmicas hospitalares a que nos encontrávamos vinculados, abrindo um paradigma de gestão mais vocacionado para a resolução de novos problemas a exigirem uma rápida intervenção.

O Hospital Narciso Ferreira continuou num caminho sólido na sua ação, com soluções alinhadas com a estratégia nacional de combate à COVID-19, sem descurar a sua missão principal de prestar cuidados de saúde hospitalares de qualidade, com total segurança e respeito pelos utentes, colaboradores e pelas orientações emanadas da tutela.

Foi um ano de claro esforço para todos os colaboradores na continuidade da inovação e do crescimento da atividade que, apesar de mais lento face à evolução da pandemia, assumiu positivamente o Programa SIGIC e o cumprimento do Contrato-Programa com a ARS Norte.

Manteve-se um olhar atento à melhoria contínua e ao processo de Acreditação no Hospital, eixos que foram aposta forte e segura de todos. Os grupos de trabalho multidisciplinares do processo

de Acreditação contribuíram para encontrar soluções de melhoria nas diversas áreas para apoio à gestão de topo na sua tomada de decisão.

Com base nestes pressupostos, cumpre-nos enunciar as atividades desenvolvidas ao longo do último ano no Hospital Narciso Ferreira ressalvando este novo cenário de dificuldade acrescida, na consolidação das boas práticas no Hospital e na agregação de todas as sinergias, enquadradas nos princípios de atuação éticos, justos e coesos, envolvendo todas as áreas e colaboradores.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

Grupo Coordenador para a Qualidade deu continuidade às atividades previstas pela Acreditação, nomeadamente a Auditoria intermédia da DGS/ACSA ao Hospital.

Grupo da Gestão do Risco acompanhou e supervisionou as atividades desenvolvidas, atualizando os Mapas de Risco de cada Serviço, bem como as medidas preconizadas para a diminuição destes.

Gabinete Consulta a Tempo e Horas, através da gestão, acompanhamento, monitorização e triagem de pedidos de consulta.

Gabinete de Codificação Clínica acompanhou, monitorizou e deu apoio à codificação clínica.

Responsável de Acesso à Informação respondeu a pedidos de relatórios médicos e informações clínicas pelos utentes e entidades externas.

Foi realizada a monitorização e o acompanhamento do Projeto SINAS, para a Entidade Reguladora da Saúde.

Foi devidamente gerido e monitorizada a atividade cirúrgica, de consultas e de MCDT, bem como o Acordo de Cooperação com a ARS Norte.

Foi executada uma supervisão clínica de todas as atividades hospitalares, tendo em vista a promoção da melhoria contínua a todos os níveis da prestação e o desempenho dos serviços e departamentos clínicos.

Foi realizado o mapeamento e a operacionalização de agendas da consulta externa e do bloco operatório das diversas especialidades médicas para 2022.

Cálculo dos Indicadores do Hospital, do Contrato-Programa e dos Processos Assistenciais.

SERVIÇO DE ATENDIMENTO PERMANENTE

O Serviço de Atendimento Permanente viu todo o seu plano de atividades ser cumprido, à exceção da correção da infiltração de água na Sala de OBS e a Certificação do Protocolo de Triagem de Prioridades pelo Grupo Português de Triagem.

SERVIÇO DE IMAGIOLOGIA

O Serviço de Imagiologia foi transferido para as instalações do CIDIFAD no último trimestre do ano, estando agora a ser reorganizado o serviço em função das novas áreas físicas atribuídas.

CONSULTA EXTERNA

Com ações específicas salientamos:

- Melhor o atendimento dos utentes e seus familiares.
- Cumprimento dos TMRG para primeiras consultas de especialidade.
- Diminuição das alterações de agenda (médica, enfermagem e MCDT).
- Sensibilização da classe médica para o cumprimento dos horários de agenda de consultas e para os constrangimentos gerados pelas alterações de agenda.
- Sensibilização da classe de enfermagem para o cumprimento dos horários.

Na Consulta Externa 2 foi iniciada a reorganização dos espaços de forma a proporcionar melhores condições de trabalho para os profissionais, assim como de conforto para os utentes.

BLOCO OPERATÓRIO

Em 2021 recuperamos algumas intervenções cirúrgicas face ao ano transato, tendo sido realizadas mais 302 cirurgias.

Em fevereiro foi realizado um novo acordo de cooperação com o Hospital de Braga par cirurgia pediátrica e, nesse âmbito, realizamos 913 cirurgias.

Apesar de 2021 ter tido muitos constrangimentos pelas constantes faltas de recursos humanos devido à COVID-19, as necessidades de acréscimo de tempos operatórios solicitados pelos

diferentes cirurgiões foram sempre satisfeitas e o ajuste de turnos em relação aos enfermeiros e auxiliares foi feito de acordo com as necessidades das equipas cirúrgicas, sendo que a dotação segura de três enfermeiros por sala, um enfermeiro no recobro e uma assistente operacional por sala foi sempre cumprido.

Apesar de alguns casos positivos à COVID-19, estes não causaram transtorno de maior ao serviço graças à colaboração de todos os profissionais para a substituição dos mesmos.

SERVIÇO DE INTERNAMENTO CIRÚRGICO

Com ações específicas salientamos:

- Fazer com que os colaboradores do serviço tivessem uma participação mais ativa para a organização do mesmo, nomeadamente na criação de grupos de trabalho para verificação mensal de datas de validade, quer de material clínico quer não clínico.
- Organizar grupos de trabalho no serviço para efetuar ensinos a familiares.

UNIDADE DE AMBULATÓRIO DE GASTRO

A Unidade de Ambulatório Gastrenterologia desenvolveu atividade de forma regular durante o seu sexto ano de atividade.

Mantém algumas vicissitudes de uma Unidade em crescimento, encontrando-se a evoluir da forma expectável e aparentemente sem não conformidades significativas.

O equipamento disponível continua a ser utilizado de forma a que a carga de utilização seja uniforme para manter o melhor desempenho e longevidade possível.

Todos os colaboradores a prestar serviço nesta Unidade apresentaram desempenho dentro do previsto, isto é, com segurança e qualidade, disponibilidade, zelo e flexibilidade.

O planeado para 2021 permitiu manter:

- A realização de exames aos sábados.
- O Envio de SMS pré-exame com os tempos de dieta, preparação e data/hora de exame.
- A procura de laboratório com acordo com os vários subsistemas de saúde.

- O controlo microbiológico dos endoscópios pós-desinfeção.
- A elaboração do Mapa Local de Risco.
- A aplicação de questionários para avaliação da satisfação do utente.

3.1.2 UNIDADE DE INTERNAMENTO DE CUIDADOS CONTINUADOS

O ano de 2021 ficou marcado por dois momentos distintos no que respeita a produtividade devido à pandemia. Porém, veremos que houve uma melhoria significativa para a Unidade de Cuidados Continuados a partir segundo semestre quanto ao número de internamentos e taxa de ocupação.

A PANDENIA

O surto identificado na UCC obrigou ao seu isolamento face ao exterior, suspendendo-se todas as admissões e altas da Unidade. Os doentes COVID-19 foram localizados na Convalescença, onde se conseguiria manter o serviço estanque.

Este surto afetou gravemente a atividade da Unidade, baixando drasticamente a taxa de ocupação para valores nunca registados desde a sua criação. Em fevereiro foram registas taxas de 33,7% na Convalescença, 48,5% na Média Duração e 61,8% na Longa Duração.

A recuperação foi lenta, pois a norma para admissão dos utentes, juntamente com a estrutura física da própria Unidade, dificultava imenso que se atingissem os 85%.

Para combater essa adversidade, aumentou-se o número de camas na Convalescença, de 29 para 32, por forma a haver possibilidade de termos quartos para fazer os isolamentos profiláticos dos utentes que ainda não tinham esquema vacinal completo. Na Média Duração optou-se por sacrificar um quarto de duas camas para os utentes cumprirem o isolamento profilático, ficando assim a capacidade máxima de internamento da Média Duração nas 23 camas. Na Longa Duração, aproveitando a taxa de ocupação baixa, foram utilizados estrategicamente dois quartos dessa valência para ajudar na gestão dos isolamentos das admissões da Convalescença e da Média Duração, assim como para isolamentos de utentes que, por agudização, tiveram de ser transferidos e regressaram à unidade.

No decorrer do ano, e à medida que os utentes, que eram referenciados para as Unidades, tinham esquema vacinal completo, verificou-se um aumento gradual da taxa de ocupação da Convalescença e Média Duração.

VISITAS E ACESSO À UNIDADE

As restrições de visitas levaram à criação de uma nova rotina no serviço, reforçando-se, nomeadamente, a realização de videochamadas, entre os utentes e os familiares.

Assim que as visitas se puderam realizar novamente a Unidade teve que readaptar a sala de convívio existente para que os utentes tivessem visita em segurança.

Foi colocado um balcão para o efeito que se mostrou eficaz, apesar de o número de visitas em simultâneo ser muito reduzido, condicionado pelo próprio espaço.

As visitas aos utentes acamados são realizadas na unidade do utente, sendo fornecido equipamentos de proteção individual (EPI) adequado para que a visita decorra em segurança para o utente e para os profissionais.

ATIVIDADES REALIZADAS

Apesar das limitações impostas pela pandemia, foi possível manter a monitorização de dados estatísticos e indicadores de qualidade dos serviços e de saúde, nomeadamente a monitorização do risco de queda, de quedas efetivas e o controlo de infeção.

Manteve-se também a monitorização das situações COVID-19, tendo sido efetuados rastreios regulares aos utentes e profissionais. Foram também, redefinidos constantemente procedimentos, orientações e planos de contingência com base nas recomendações emanadas pela Direção-Geral da Saúde e pela RNCCI.

Destacamos também a atividade de Natal realizada com os nossos utentes, em colaboração com a Terapia Ocupacional.

Por fim, e não menos importante, foi realizado um levantamento das necessidades da Unidade de Cuidados Continuados, tendo resultado na elaboração de uma proposta da sua reestruturação.

3.1.3 UNIDADE DE INTERVENÇÃO SOCIAL E EDUCATIVA

CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No final do ano, frequentavam o Centro Infantil de Pevidém 217 crianças, estando 79 em Creche, 98 em Pré-Escolar e 40 em ATL.

Ao abrigo da legislação de gratuitidade de Creche, o Instituto da Segurança Social está a comparticipar a totalidade das mensalidades de 22 crianças.

Das crianças que frequentaram o Pré-Escolar, 20 foram acompanhadas por terapia da fala e 3 pela nossa Equipa Multidisciplinar de Apoio à Educação Inclusiva.

Em 2021, à semelhança do ano anterior, as atividades que envolviam a participação dos pais e encarregados de educação tiveram de ser canceladas.

Devido à evolução pandémica, o estabelecimento esteve encerrado entre 15 de janeiro e 15 de março. No entanto, durante este período o Pré-Escolar realizou cinco sessões Zoom com as crianças, permitindo manter os laços com as educadoras e dinamizar atividades relacionadas com cada faixa etária. Na valência da Creche, foi estabelecido um contato com as famílias através de atividades enviadas na planificação. Já no ATL, foram realizados acompanhamentos, esclarecimentos de dúvidas e correções de trabalhos de casa através do WhatsApp.

De realçar que durante o período de confinamento o CIP foi escolhido como instituição para acolher os filhos dos trabalhadores considerados essenciais.

Foi dada continuidade à implementação do sistema HACCP, de forma a garantir a segurança alimentar no Centro Infantil e o cumprimento integral dos normativos legais em vigor. Foram efetuadas auditorias e desenvolveu-se formação com as colaboradoras que desempenham funções na cozinha.

Ao longo do ano os profissionais realizaram 38 ações de formação em formato on-line, num total de 107 horas, com o intuito de melhorar e desenvolver a sua prática pedagógica.

PROGRAMA OPERACIONAL DE APOIO ÀS PESSOAS MAIS CARENCIADAS

Durante o ano 2021, em Riba D´Ave, foram atribuídos 78.666 produtos alimentares a 2.433 beneficiários, distribuídos por 1.016 famílias. A média mensal foi de 203 pessoas distribuídas por 85 famílias.

Já em Pevidém foram atribuídos 109.047 produtos alimentares a 3.180 beneficiários, distribuídos por 1.489 famílias. A média mensal de pessoas apoiadas foi de 265 pessoas de 124 famílias.

Este Programa é financiado pela União Europeia e a SCM Riba D´Ave recebe uma compensação financeira mensal de 1,81 € por pessoa apoiada.

PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR - CANTINA SOCIAL

Ao contrário do POAPMC, que abrange agregados familiares com capacidade de armazenamento e capazes de confecionar as suas refeições, a Cantina Social agrega pessoas mais vulneráveis no que concerne às suas competências e recursos domésticos para confecionarem as suas próprias refeições.

Em Riba D´Ave, durante o ano de 2021, foram atribuídas 16 refeições diárias. Beneficiaram deste apoio 11 agregados, sendo que a média de elementos por agregado é de 1,09 com 58 anos. Dos agregados, 2 estão no Programa desde 2016, 1 desde 2017, 5 desde 2018 desde 2020.

Em Pevidém o número de beneficiários foi de 17, num total de 6 agregados familiares, com uma média de 62 anos.

PROJETO 65 +

Em parceria com a Câmara Municipal de Guimarães, o Programa apoia pessoas com idade igual ou superior a 65 anos que se encontram a residir sós ou que, vivendo acompanhadas, se encontrem numa situação de fragilidade e de isolamento.

Em 2021 foram acompanhadas 7 pessoas com intuito de intervir para a promoção dos seus direitos e proteção social, proporcionar o acesso a serviços e recursos sociais na comunidade.

REDE SOCIAL DE VILA NOVA DE FAMALICÃO E DE GUIMARÃES

O serviço psicossocial da SCM RIBA D´Ave, em parceria com entidades locais de âmbito público e privado, tem um papel participativo na Rede Social do Município de Famalicão e no Município de Guimarães, junto da Comissão Social Inter-Freguesias (CSIF) e da Comissão Local de Ação Social (CLAS). Esta parceria tem o intuito de reunir as várias sinergias para delinear um plano de desenvolvimento social local, com base no diagnóstico das necessidades da população que integram os dois concelhos.

ACOMPANHAMENTO DO SERVIÇO DE CIRURGIA, DA UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS E DO CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

O objetivo deste acompanhamento prende-se com a necessidade de facilitar o processo acolhimento do utente na Instituição com a identificação dos fatores de vulnerabilidade psicossocial e, se necessário, desenvolver um plano de intervenção psicossocial junto do utente e da família e efetuar a articulação com as Unidades de Saúde Familiar para referenciação para a Rede Nacional de Cuidados Continuados.

São realizados acompanhamentos de utentes do Serviço de Internamento Cirúrgico, com internamentos superiores a 24 horas, sinalizados pelo enfermeiro coordenador e pelos médicos do doente.

Em 2021 foi acompanhado um utente proveniente da especialidade de ortopedia.

Já na Unidade de Cuidados Continuados, o apoio é modelado em função das necessidades em função do processo normal evolutivo da doença ou incapacidade.

No processo de alta consta um relatório de avaliação e acompanhamento psicossocial com toda a informação relativa ao plano de intervenção implementado bem como ao plano de cuidados.

No contexto pandémico, o Serviço Psicossocial ajustou o seu acompanhamento às famílias e ao cuidador responsável, promovendo, numa altura em que as visitas estavam suspensas, a realização de videochamadas entre o utente e os seus familiares

O Serviço Psicossocial colabora ainda com a equipa do Centro Infantil de Pevidém, procedendo à avaliação socioeconómica de famílias previamente identificadas, e integra a equipa do EMAI, o

que constitui um recurso organizacional de apoio à aprendizagem com vista a uma avaliação, intervenção e acompanhamento alargado a todos os intervenientes no processo educativo.

AVALIAÇÕES SOCIOECONÓMICAS

O Serviço colabora em situações que carecem de avaliação socioeconómica, nomeadamente para pedidos de isenção de taxas de internamento, assim como em situações de dívida.

Em 2021 foram sinalizados 12 processos, tendo-se procedido aos atendimentos com os utentes e realizada a respetiva avaliação socioeconómica que, quando aplicável, é articulada com os serviços sociais locais.

3.1.4 CIDIFAD

O CIDIFAD está a ser desenvolvido como um projeto inovador para possibilitar a intervenção diferenciada e ajustada às especificidades dos diferentes estadios do processo demencial. Perspetivando uma visão inovadora destas doenças e das pessoas com demência (PcD), pretende-se a implementação de uma estratégia que promova um diagnóstico atempado e correto, bem como o acesso a tratamentos farmacológicos e não farmacológicos. A continuidade dos cuidados na comunidade e o apoio às famílias com internamentos quando necessários, incluindo os cuidados paliativos, são o foco principal para funcionamento desta nova infraestrutura.

Para operacionalizar um projeto diferenciador e altamente específico, a Direção Técnica do CIDIFAD, dadas as contingências decorrentes da pandemia que o país e o mundo continuaram a enfrentar no ano de 2021, teve necessidade de responder a outros desafios de apoio ao Sistema Nacional de Saúde.

ACOMPANHAMENTO DA CONSTRUÇÃO E OPERACIONALIZAÇÃO DA INFRAESTRUTURA

A Direção Técnica acompanhou os trabalhos de construção das infraestruturas, propondo alterações que entendeu pertinentes para a operacionalização do projeto. Aconselhou e interveio na criação de circuitos operacionais para a criação de ambientes de prestação de cuidados seguros e de qualidade.

A Direção Técnica avaliou ainda as necessidades e propôs à Administração da SCM Riba D´Ave a aquisição de mobiliário e de equipamentos de apoio às áreas técnicas e de prática dos cuidados.

RECRUTAMENTO

Foram estabelecidos contactos e realizadas entrevistas com profissionais para uma eventual colaboração com o CIDIFAD, nomeadamente médicos generalistas e da área das neurociências.

Aos profissionais contratados de diferentes categorias foi apresentado o projeto CIDIFAD, bem como a Missão e os Valores da SCM Riba D´Ave.

PROJETOS

Olaia

Prémios BPI Fundação "la Caixa" - Projetos Inovadores de Intervenção em Cuidados Paliativos

Através de parceria com a Fundação Castro Alves, iniciou-se a implementação deste projeto.

Recorrendo a uma abordagem paliativa multissensorial e centrada na PcD, é realizada uma atuação a nível ambiental, grupal, familiar e individual no CIDIFAD, através de um programa inovador que articula três terapias (arte, música e aroma) aplicado desde o diagnóstico até ao luto.

Centro de Avaliação e Apoio da Capacidade de Condução para Pessoas com Défice Cognitivo

Prémios BPI Fundação "la Caixa" - Seniores 2021

Tem como objetivo realizar uma rigorosa avaliação e monitorização da capacidade de condução e facilitar adaptação à perda de capacidade de condução das pessoas com défice cognitivo e PcD.

É uma solução pioneira no país e resulta de uma parceria entre a SCM Riba D'Ave, a junta de freguesia de Riba D'Ave e o Automóvel Club de Portugal.

O projeto assenta em três eixos de intervenção: 1) implementação de uma consulta de avaliação multidisciplinar especializada e compreensiva, incluindo teste *off* e *on road* e envolvendo médico, psicólogo e terapeuta ocupacional; 2) quando possível, reabilitação da capacidade de condução com monitorização da condução através de dispositivo eletrónico a instalar no carro; 3) apoio na

adaptação à incapacidade de condução, disponibilizando apoio psicológico, capacitação para uso de plataformas de transporte e facilitando uma rede local de táxis.

O projeto encontra-se em fase preparatória.

9 em 1 - Retorno a Casa

Portugal 2020 - Programa Parcerias para o Impacto | Portugal Inovação Social

Declinada pela SCM Riba D´Ave dado o ajuste orçamental realizado pela entidade promotora que inviabilizava financeiramente a execução do mesmo.

RETAGUARDA AO SNS PARA DOENTES COVID-19

À semelhança do ocorrido durante o mês de dezembro de 2020, entre janeiro e março, face ao recrudescimento do número de infetados e internados por COVID-19, foram admitidos 118 doentes positivos para COVID-19 provenientes de dez hospitais do Serviço Nacional de Saúde.

Em média, os doentes permaneceram internados durante 11 dias, com um mínimo de 1 dia e máximo de 23 dias.

Dos doentes admitidos, 46% tiveram alta orientados para o seu domicílio, com critérios de cura ou após assegurada a capacidade de isolamento domiciliário, devidamente munidos das recomendações da Direção-Geral da Saúde.

CONSULTAS DE AVALIAÇÃO MULTIDISCIPLINAR

Em outubro de 2021 iniciaram-se as consultas de avaliação multidisciplinares (CAMD). Estas consultas, compostas pela avaliação de sete profissionais (médico de neurociências, médico fisiatra, neuropsicólogo, terapeuta ocupacional, nutricionista, enfermeiro e assistente social) têm como objetivo a avaliação integral da PcD e o estabelecimento do respetivo Plano Individual Integrado de Cuidados onde se propõe à família a tipologia de serviços mais adequada à PcD bem como todo o program (PIIC)a terapêutico a implementar. Até 31 de dezembro foram realizadas 10 CAMD que resultaram na integração de um doente em internamento e de sete doentes na Unidade de Dia.

UNIDADE DE DIA

Funciona das 8h às 20h, de segunda-feira a sexta-feira, para apoio à PcD cuja necessidade desta tipologia de cuidados seja identificada na CAMD inicial.

No seu período de funcionamento dá resposta ao PIIC de cada PcD com recurso a terapia ocupacional, com utilização da Sala de *Snoezelen*, jardim sensorial, sala de reminiscências, sessões individuais e em pequenos grupos, fisioterapia, terapia da fala, psicoterapia, intervenção por nutrição, acompanhamento pelo serviço social, cuidados de higiene e alimentação no período de permanência na unidade.

Integrava em 31 de dezembro sete doentes.

RETAGUARDA AO SNS PARA DOENTES AGUDOS NÃO COVID

Dando continuidade ao que já acontecera em 2020, o CIDIFAD manteve o seu apoio de retaguarda a doentes agudos do SNS, não COVID-19.

Provenientes do Hospital Senhora da Oliveira, de Guimarães, foram admitidos 423 doentes.

Provenientes do Centro Hospitalar de Tâmega e Sousa, foram admitidos 23 doentes.

São doentes maioritariamente idosos, com elevado grau de dependência e complexidade.

PROTOCOLO VAGAS EXTRA-ACORDO PARA DOENTES SEM RETAGUARDA SOCIAL

No seguimento do repto lançado pela Sra. Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, Dra. Ana Mendes Godinho, e em estreita colaboração com a União das Misericórdias Portuguesas, a SCM Riba D´Ave começou a receber em regime de internamento PcD sem retaguarda social que se encontravam a aguardar alocação em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI).

As admissões foram sempre precedidas de validação junto da Direção Técnica e de acordo com as regras definidas para esta tipologia de cuidados.

Até 31 de dezembro haviam sido admitidos 14 PcD de todo o país e havia sido emitido parecer relativo a trinta propostas de admissão.

3.2 DEPARTAMENTOS E SERVIÇOS DA SCM RIBA D´AVE

3.2.1 GABINETE DE RECURSOS HUMANOS

O Gabinete de Recursos Humanos SCM Riba D´Ave intervém de forma articulada e multidisciplinar na organização do trabalho, na implementação de práticas potenciadoras da motivação, satisfação e desempenho dos colaboradores, na análise da situação de cada indivíduo, dos grupos e dos serviços, contribuindo para a eficácia e eficiência da organização.

ATIVIDADES

- Monitorização da satisfação dos colaboradores
- Reavaliação anual dos riscos psicossociais e definição de plano de ação.
- Monitorização do processo de avaliação de desempenho.
- Monitorizar horários e cumprimentos dos procedimentos legais relativos aos recursos humanos.
- Desenvolver o recrutamento, seleção, formação e integração de novos colaboradores.
- Dar continuidade ao plano de formação, com implementação de sistema de avaliação de 4 níveis: reação, aprendizagens, comportamento e resultados.
- Definir estratégias e programar ações, que possam contribuir para uma maior eficácia da gestão, aproveitamento de recursos, maior envolvimento e participação dos colaboradores.
- Desenvolver um sistema de informação que permita o acesso rápido à informação por parte de todos os colaboradores.
- Monitorização das práticas administrativas dos recursos humanos.
- Análise e acompanhamento de situações específicas de trabalhadores.
- Acompanhar a implementação do Regulamento Interno.
- Acompanhar o processo formativo, em desenvolvimento em parceria com o IEFP, que visa dotar profissionais de competências específicas para o trabalho no domínio das demências.

CONTRATAÇÕES

- Um médico, uma psicóloga, uma assistente social e uma gerontóloga para o CIDIFAD.
- Um empregado de armazém para o SAD.
- Duas enfermeiros para UICC.

- 19 Enfermeiros para o SIM e STC-19 no CIDIFAD.
- 26 Auxiliares de Ação Médica para o SIM e STC-19 no CIDIFAD.
- Duas fisioterapeutas para o MFR.

APOIOS

- Medida Contrato Prémio Emprego.
- MAREESS.
- Recursos Humanos Altamente Qualificados.
- Compensação Aumento Salário Mínimo Nacional
- Incentivo à Normalização da Atividade empresarial

No total, a SCM Riba D´Ave obteve um apoio de 247 mil euros.

3.2.2 DEPARTAMENTO DE FORMAÇÃO, QUALIDADE E CONTENCIOSO

Até 2021, o Departamento integrou o Departamento de Qualidade, o Centro de Formação e o Gabinete do Utente e Contencioso. Durante o ano, desenvolveu a sua atividade em torno de três eixos de intervenção, designadamente:

- Atividades inerentes ao processo de Acreditação do Hospital Narciso Ferreira;
- Atividade na área do Gabinete do Utente e Contencioso;
- Área da formação institucional.

Para além das suas áreas de intervenção, realizaram-se atividades no âmbito de recomendações emitidas por entidades externas, solicitações de colaboração interna, auditorias e monitorização de indicadores contratualizados, assumindo-se como um importante suporte à definição de novas prioridades e objetivos.

O Departamento assumiu a melhoria contínua da qualidade da Instituição, promovendo o desenvolvimento de processos e normas de atuação organizacional, tendo em vista o prestígio e a qualidade dos serviços de saúde prestados à comunidade. Neste âmbito, a obtenção da Recertificação do Hospital Narciso Ferreira pela Direção-Geral da Saúde veio consolidar o trabalho desenvolvido.

GABINETE DA QUALIDADE

Em 2021, após um exigente processo de preparação e auditoria, a SCM Riba D´Ave renovou a Certificação Intermédia do Hospital pela Direção-Geral da Saúde, dando continuidade à cultura e à prática dos valores inerentes da Instituição.

A Misericórdia de Riba D´Ave reforça, assim, o seu compromisso de prestador de cuidados de saúde de excelência.

GABINETE DA FORMAÇÃO

O plano de formação refletiu a continuidade dos projetos iniciados em anos anteriores, privilegiando-se as áreas de formação obrigatória, não só no âmbito do processo de Acreditação em que o Hospital se encontra envolvido, mas também no âmbito das relações contratuais e da legislação que enquadra a Instituição se enquadra.

A concretização do Plano de Formação previsto para 2021 refletiu a situação da pandemia e consequentes restrições à sua prossecução, resultando, para uma previsão de 5.084 horas, numa taxa de execução de 39%. A admissão massiva de profissionais na Instituição refletiu-se numa grande reestruturação das equipas e da dinâmica de trabalho, priorizando-se, neste sentido, o acompanhamento dos profissionais na organização e no respetivo serviço, capacitando-os para a prestação de cuidados de saúde.

Relativamente à integração de novos colaboradores, foram realizadas 8.820 horas num universo de 84 profissionais.

GABINETE DO UTENTE E CONTENCIOSO

A sua atuação assenta, sobretudo, na gestão das reclamações dirigidas à SCM Riba D´Ave, resultando num relatório emitido anualmente.

Foram desenvolvidas formações e elaborada documentação de apoio à implementação do novo Regulamento Geral da Proteção de Dados.

3.2.3 SERVIÇO DE ALIMENTAÇÃO E DIETÉTICA

Em 2021, o Serviço de Alimentação e Dietética continuou a ter a seu cargo as ementas do Hospital, do Centro Infantil e do Serviço de Internamento Médico do CIDIFAD.

Foi dada continuidade à gestão do desperdício dos consumos necessários a todas as unidades.

Foi ainda mantido o sistema *Hazard Analysis and Critical Control Point* (HACCP), implementado no Hospital e no Cento Infantil, com a renovação do contrato com a empresa OrtigaQual para a realização de análises microbiológicas, agora também no CIDIFAD.

3.2.4 GABINETE DE COMUNICAÇÃO E IMAGEM

Paralelamente à gestão corrente do portal e das redes sociais Facebook e Instagram da Instituição, no ano de 2021 foi dada uma particular atenção aos serviços de oftalmologia e imagiologia do Hospital e das respostas à demência a implementar no CIDIFAD.

Ainda no CIDIFAD foi dedicado um especial apoio na idealização da sinalética de toda a Unidade e na elaboração de *flyers* de apresentação da valência e do Projeto Olaia.

Ao longo do ano, foi promovida a execução de diversos itens digitais, como assinaturas, capas e logotipos, bem como a relação com os meios de comunicação social.

No Facebook o número de seguidores das páginas da Misericórdia teve um crescimento médio de 12%, com especial destaque para o Hospital, ao qual não será alheio o Programa SIGIC e o serviço de internamento a doentes COVID-19, que vieram promover a procura de informação do Hospital Narciso Ferreira junto de utentes de todo o país.

A funcionalidade de pré-marcação de consultas, exames no Hospital e pré-inscrição no Centro Infantil de Pevidém através da Portal registou um crescimento de 53,6%, alcançando uma utilização média de 58 vezes por mês.

Foi ainda elaborado o Misericórdia Informa nº 14, onde se destaca o combate da SCM Riba D´Ave à pandemia e o Serviço de Tratamento da COVID-19 de apoio ao Serviço Nacional de Saúde.

3.2.5 SERVIÇO DE INFORMÁTICA

Em 2021, no trabalho desenvolvido pelo Serviço de Informática destacou-se:

a) A preparação tecnológica do CIDIFAD, nomeadamente com a implementação da central telefónica, rede móvel e preparação do circuito interno de televisão (***C**losed-**C**ircuit **T**ele**V**ision*).

b) A monitorização dos ataques cibernéticos.

c) Elaboração de aplicativos informáticos para os diferentes serviços da SCM Riba D´Ave.

d) Implementação da fatura eletrónica com a inclusão no documento do Código QR.

e) Gestão tecnológica do alargamento do Aprovisionamento da SCM Riba D´Ave.

f) Ajuste tecnológico das tabelas de preços internas e convencionadas.

g) Gestão do processo de distribuição do sinal digital de televisão e renovação do sistema de controlo de acessos no Hospital.

h) Renovação tecnológica do sistema Firewall da SCM Riba D´Ave.

I) Início do processo de renovação tecnológica do sistema SISQUAL.

j) Início do processo de renovação tecnológica do Serviço de Imagiologia, com a elaboração de *worklists* nos diversos equipamentos, adoção de um sistema de reconhecimento de voz para a elaboração dos relatórios médicos, aquisição de um novo visualizador de imagem e criação de VPN para os médicos radiologistas.

k) Agora junto da SONY, nova proprietária do sistema, foi dada continuidade ao processo de resolução do sistema NUCLeUS.

4. ATIVIDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D´AVE

4.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA

A atividade do Hospital Narciso Ferreira pode ser observada no quadro seguinte:

	2019	2020	2021
Serviço de Atendimento Permanente	59 053	41 186	41 837
Intervenções Cirúrgicas	7 782	6 158	6 460
Consultas Externas	74 172	62 540	70 638
Exames Complementares de Diagnóstico	98 644	73 984	87 314
Tratamentos de Fisioterapia	385 013	312 447	390 975
TOTAL	**624 664**	**496 315**	**597 224**

Fig. 1 - Atividade do Hospital Narciso Ferreira

O ano de 2021 regista um crescimento de 20% face ao período anterior, muito marcado pelo aparecimento da pandemia COVID-19. A atividade hospitalar supera mesmo os anos anteriores a 2019, ano pré-pandémico em que se alcançou o mais elevado volume da história do Hospital Narciso Ferreira, fincado a apenas 4,5% dessa marca.

Mesmo com o crescimento face ao ano de 2020, se compararmos com 2019 verificamos que o recuo resulta ainda da manutenção do Plano de Contingência do Hospital Narciso Ferreira de combate à COVID-19, o que, seguindo as orientações da DGS, salvaguardou um maior distanciamento físico entre as pessoas, e, inevitavelmente, conduziu a uma redução do número de atos assistenciais prestados.

4.2 UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS / INTERNAMENTO MÉDICO E STC-19

Embora com uma recuperação face ao ano de 2020, também na Unidade de Cuidados Continuados se fez sentir o efeito da pandemia. A obrigatoriedade de um período de isolamento de todos os utentes que dessem entrada na Unidade reduziu número de dias de internamento.

No que ao Serviço de Internamento Médico e Serviço de Tratamento COVID-19 diz respeito, realce para o número de internamentos de doentes COVID-19 e doentes não COVID agudos que ao longo do ano, em particular nas instalações pré-concluídas do CIDIFAD, tem complementado de forma decisiva o Serviço Nacional de Saúde.

Tipo de Valência	Dias de Internamento		
	2019	2020	2021
Longa Duração	5 424	5 198	3 983
Média Duração	8 661	6 844	7 107
Convalescença	8 282	7 301	8 234
SIM/STC-19	41	2 129	7 707

Fig. 2 - UICC/SIM/STC-19

Como se pode verificar, o decréscimo do número de diárias da UCC esteve fundamentalmente concentrado na tipologia da Longa Duração que ´sacrificou´ a sua taxa de ocupação para disponibilizar quartos de isolamento aos utentes que davam entrada na Unidade.

Ao nível do SIM/STC-19, constata-se um decréscimo da taxa de ocupação em resultado do aumento da disponibilidade de camas, o fim da terceira vaga da pandemia e a menor gravidade da variante Ómicron, responsável pela quinta vaga.

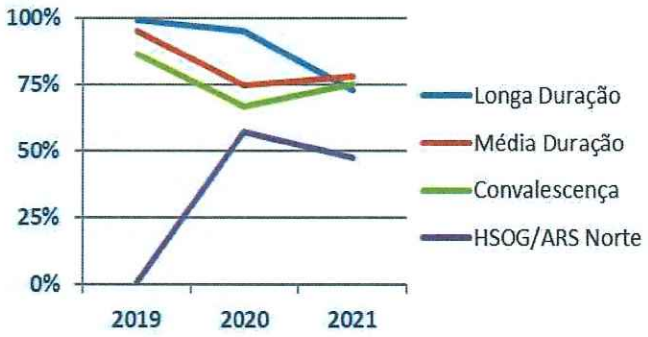


Fig. 3 - Taxa de Ocupação UICC/SIM/STC-19

Embora com meses em que a taxa de ocupação não atingiu os 85%, a Portaria dos gabinetes do Ministro de Estado e das Finanças e das Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social e Ministra da Saúde, que aprova um regime excecional e temporário de pagamento dos cuidados de saúde e de apoio social prestados nas unidades de internamento da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, entre janeiro de 2021 e março de 2021, foi possível a faturação das diárias das camas não ocupadas, excetuando os medicamentos, os exames auxiliares de

diagnóstico e as fraldas, até ao limite do valor do mês homólogo, permitindo um adicional de 171 mil euros.

4.3 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

No que diz respeito ao Centro Infantil de Pevidém, apesar de uma ligeira e momentânea redução, constata-se a uma elevada taxa de ocupação das diferentes tipologias, nomeadamente com 98 crianças em Pré-escolar, 79 em Creche e 40 em ATL.

O Centro Infantil termina assim o ano com 217 crianças inscritas.

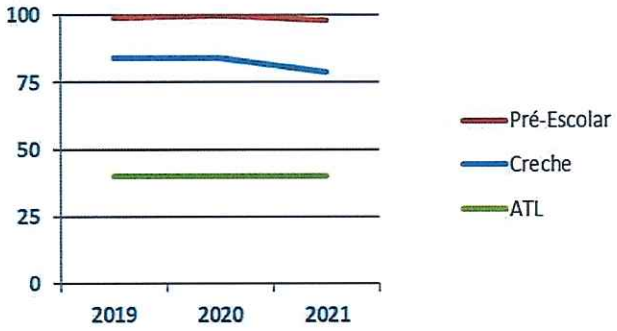


Fig. 4 - Inscrições CIP

5. INFORMAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA

5.1 RESULTADOS

Do período de 2021 ressaltam as duas grandes rubricas relativas ao período:

	2019	2020	2021
Rendimentos	21 602 665 €	19 203 218 €	21 697 607 €
Gastos	18 834 464 €	18 572 416 €	21 171 245 €
RESULTADO LÍQUIDO	**2 768 201 €**	**630 802 €**	**526 362 €**
Evolução dos Rendimentos	17,97%	-11,11%	12,99%
Evolução dos Gastos	14,13%	-1,39%	13,99%

Fig. 5 - Resultado Líquido Anual

Embora tenhamos assistido a um crescimento da atividade, o que resultou no maior volume de faturação alguma vez alcançado pela SCM Riba D´Ave, o ano de 2021 continua a ser marcado por um inevitável impacto da situação de emergência sanitária que ainda vivemos e dos seus efeitos colaterais. A refletir a quebra do resultado líquido verificamos um significativo crescimento da despesa em recursos humanos, energia, análises clínicas e em consumíveis hospitalares.

Em 2021, o surto pandémico manteve uma decisiva influência no resultado da SCM Riba D´Ave. Se, por um lado, inflacionou os gastos com a preservação de mecanismos de defesa que garantissem à Instituição a manutenção da sua atividade social, nomeadamente com a aquisição de equipamentos de proteção individual (EPI) e a realização de testes PCR em consultas de enfermagem pré-cirúrgicas, por outro lado, prejudicou os rendimentos ao concentrar em si todos os esforços e atenção do Ministério da Saúde, impossibilitando a publicação da legislação de apoio às demências e, consequentemente, da elaboração dos respetivos acordos. Esta última foi especialmente nefasta para a SCM Riba D´Ave que, fruto da formação na área das demências que lhes foi previamente administrada, mantem as relações laborais com os profissionais recrutados para apoio ao Serviço de Tratamento à COVID-19, resultando num esforço de 1.259 mil euros.

Deste modo, com rendimentos que atingiram os 21.7 milhões de euros e com gastos de 21.2 milhões de euros, é possível apurar o resultado líquido de 526.362 €.

	2019	2020	2021
Prestação de Serviços	21 348 117 €	18 938 192 €	21 432 129 €
Volume de Negócios	21 348 117 €	18 938 192 €	21 432 129 €
Compras	2 754 201 €	2 753 958 €	2 636 826 €
Forn. Serv. Externos	1 949 961 €	2 302 439 €	2 723 519 €
Encargos com Pessoal	13 074 850 €	12 330 684 €	14 547 999 €
EBITDA	3 569 105 €	1 551 111 €	1 523 785 €
Depreciações	989 324 €	1 089 764 €	1 146 770 €
Outros Rendimentos	254 548 €	265 026 €	265 478 €
Outros Gastos	66 128 €	95 571 €	116 131 €
Resultado Líquido	2 768 201 €	630 802 €	526 362 €

Fig. 6 - EBITDA

	2019	2020	Orç. 2021	2021	Δ Orç. (%)
Rendimentos	21 602 665 €	19 203 218 €	23 414 497 €	21 697 607 €	-7,33%
Gastos	18 834 464 €	18 572 416 €	22 410 073 €	21 171 245 €	-5,53%
Meios Libertos	3 757 525 €	1 720 566 €	2 917 284 €	1 673 132 €	-42,65%
Depreciações	989 324 €	1 089 764 €	1 912 861 €	1 146 770 €	-40,05%
Investimentos	7 144 730 €	5 746 982 €	5 699 771 €	6 431 162 €	12,83%
Meios Libertos Líquidos	-3 387 205 €	-4 026 416 €	-2 782 487 €	-4 758 030 €	-71,00%

Fig. 7 - Meios Libertos Anuais

Apesar do maior volume de faturação, verificamos que a execução orçamental foi particularmente prejudicial na rúbrica dos rendimentos. Garantindo, no entanto, meios libertos de 1.673 milhões de euros.

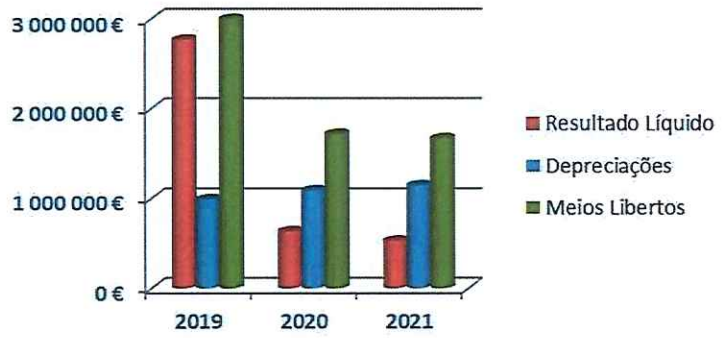


Fig. 8 - Evolução dos Resultados

Mesmo num ano atípico, que obrigou a SCM Riba D´Ave a abrandar a sua atividade social, é de realçar o resultado alcançado que, como no quadro anterior se demonstra, encontra-se

canalizado para a conclusão do Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências.

5.1.1 RENDIMENTOS

No que aos rendimentos diz respeito, podemos estabelecer as seguintes comparações:

Rendimentos	2020	Orç. 2021	2021	Δ 20/21 (%)	Δ Orç./21 (%)
Cirurgias	10 748 717 €	11 971 141 €	11 548 836 €	7,44%	-3,53%
UCCI / CIP / CS	2 849 971 €	2 899 263 €	2 908 481 €	2,05%	0,32%
Consultas	1 327 532 €	1 533 735 €	1 525 335 €	14,90%	-0,55%
MCDT	1 141 194 €	1 330 000 €	1 538 496 €	34,81%	15,68%
SAP	943 564 €	1 275 034 €	1 021 492 €	8,26%	-19,89%
Fisioterapia	946 712 €	1 005 000 €	1 216 487 €	28,50%	21,04%
SIM	455 739 €	3 256 987 €	1 351 997 €	196,66%	-58,49%
Outros	789 789 €	143 338 €	586 483 €	-25,74%	309,16%
TOTAL	**19 203 218 €**	**23 414 497 €**	**21 697 607 €**	**12,99%**	**-7,33%**

Fig. 9 - Rendimentos

Na variação orçamental constatamos o significativo impacto que a pandemia teve na atividade da SCM Riba D´Ave, nomeadamente a referente ao *SAP* e *SIM-CIDIFAD*.

Quando comparado com o ano de 2020, é visível um considerável crescimento em todas rúbricas assistenciais da SCM Riba D´Ave, em particular das *Cirurgias* e do *SIM-CIDIFAD*.

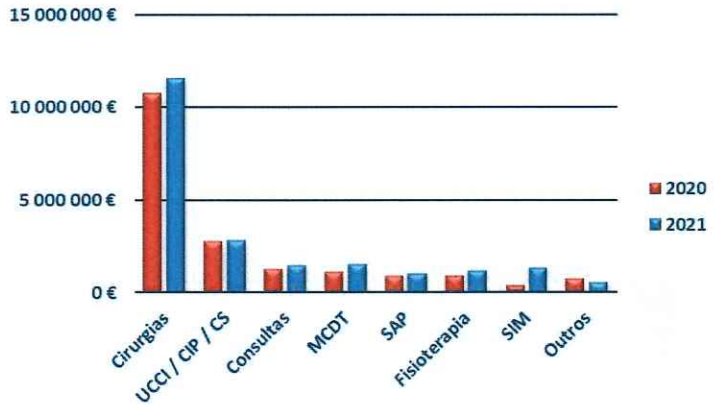


Fig. 10 - Rendimentos

5.1.2 GASTOS

Relativamente aos gastos, podemos efetuar as seguintes comparações:

Gastos	2020	Orç. 2021	2021	Δ 20/21 (%)	Δ Orç./21 (%)
Pessoal	7 287 420 €	9 431 679 €	9 169 587 €	25,83%	-2,78%
Prest. de Serviço	5 043 264 €	5 448 373 €	5 378 412 €	6,65%	-1,28%
Compras	2 753 958 €	3 078 816 €	2 636 826 €	-4,25%	-14,36%
Gastos Correntes	763 492 €	1 645 658 €	1 023 881 €	34,11%	-37,78%
Outros	1 840 921 €	2 065 765 €	2 034 342 €	10,51%	-1,52%
Conservação	564 166 €	461 333 €	539 790 €	-4,32%	17,01%
Subcontratos	319 195 €	278 448 €	388 407 €	21,68%	39,49%
TOTAL	**18 572 416 €**	**22 410 073 €**	**21 171 245 €**	**13,99%**	**-5,53%**

Fig. 11 - Gastos

Como consequência da não abertura do CIDIFAD, verifica-se uma variação negativa face ao orçamento nas rubricas *Compras* e *Gastos Correntes*.

No entanto, se compararmos com o ano de 2020, constatamos um impactante crescimento da rubrica *Pessoal*, fruto, não apenas, do recrutamento de recursos para o CIDIFAD, mas também do aumento do salário mínimo nacional em 4,7% e do alargamento da prestação da Prosegur ao CIDIFAD. Já em *Gastos Correntes* registamos o aumento dos custos com energia, na ordem dos 241 mil euros, e na rubrica *Subcontratos* estão patentes os gastos com testes PCR em 257 mil euros.

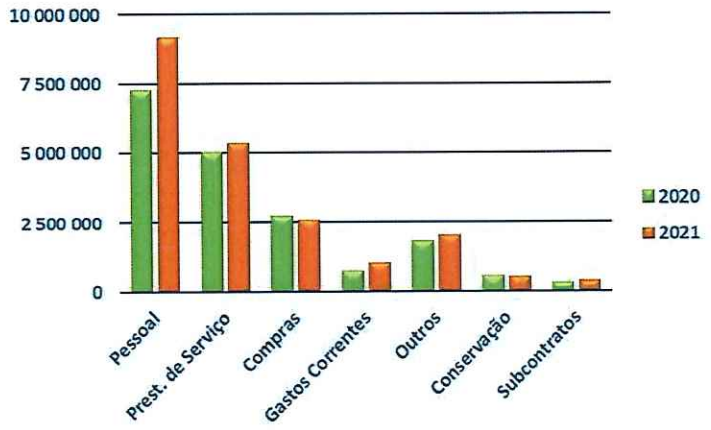


Fig. 12 - Gastos

5.2 UNIDADES FUNCIONAIS E PROGRAMAS

5.2.1 HOSPITAL NARCISO FERREIRA / UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS

	2019	2020	2021
Rendimento Total	**20 897 574 €**	**18 463 799 €**	**20 929 137 €**
Prestação de Serviços	20 709 451 €	18 243 127 €	20 672 419 €
Outros	188 123 €	220 672 €	256 718 €
Gasto Total	**18 147 636 €**	**17 845 190 €**	**20 414 446 €**
Encargos com Pessoal	12 566 742 €	11 782 545 €	13 964 950 €
Forn. Serv. Externos	1 849 509 €	2 203 038 €	2 620 912 €
Compras	2 708 493 €	2 709 145 €	2 600 184 €
Outros	1 022 892 €	1 150 462 €	1 228 400 €
CONTRIBUTO	**2 749 938 €**	**618 609 €**	**514 691 €**

Fig. 13 - Contributo HNF e UCC

De acordo com o supracitado, verifica-se que os rendimentos não acompanharam na proporção expectável a evolução dos gastos, nomeadamente com *Recursos Humanos* e *Fornecimentos* e *Serviços Externos*, derivando numa quebra do contributo económico do HNF e da UCC na atividade social da SCM Riba D´Ave.

5.2.2 CENTRO INFANTIL DE PEVIDÉM

	2019	2020	2021
Rendimento Total	**681 523 €**	**719 276 €**	**749 687 €**
Matrículas/Mensalidades	180 002 €	180 768 €	196 069 €
Comp. Segurança Social	435 096 €	447 144 €	534 781 €
Outros	66 425 €	91 364 €	18 837 €
Gasto Total	**660 116 €**	**702 406 €**	**731 923 €**
Encargos com Pessoal	508 108 €	548 139 €	583 049 €
Forn. Serv. Externos	73 740 €	74 581 €	72 691 €
Compras	45 708 €	44 813 €	36 642 €
Outros	32 560 €	34 873 €	39 541 €
RESULTADO	**21 407 €**	**16 870 €**	**17 764 €**
Investimentos	0 €	0 €	0 €
Imputação à Cantina Social	6 642 €	3 735 €	5 040 €
CONTRIBUTO	**28 049 €**	**20 605 €**	**22 804 €**

Fig. 14 - Contributo CIP

Também no CIP foi sentido o efeito da pandemia, o que originou o encerramento compulsivo do Centro durante dois meses.

No entanto, apesar da suspensão da atividade, foi realizado um crescimento dos rendimentos de 4,3%, contribuindo para um reforço do contributo positivo em 10,7%.

À semelhança dos anos anteriores, devemos evidenciar que 5.040 € foram canalizados para o Programa de Emergência Alimentar - Cantina Social (PEA - CS).

Deste modo, ajustado o referido valor, o resultado do exercício é de 22.804 €.

Este resultado continua prejudicado em cerca de 15 mil euros pela responsabilidade que o Instituto da Segurança Social unilateralmente imputou à SCM Riba D´Ave. Este aumento, concretizado em 2016 e refletido até 2021, não deveria ser destinado à SCM Riba D´Ave uma vez que, segundo a alínea d), do n.º 1, da cláusula nona do Contrato Misto Atípico de Gestão e Comodato *"O pagamento da remuneração devida aos trabalhadores será da responsabilidade do ISS, ficando assegurado no acordo de cooperação típico a celebrar que, no valor da comparticipação, será deduzido à SCM Riba D´Ave o montante relativo aos vencimentos dos trabalhadores cedidos caso pertencessem aos seus quadros de pessoal."*.

5.2.3 PROGRAMA DE EMERGÊNCIA ALIMENTAR - CANTINA SOCIAL

	2019	2020	2021
Rendimento Total	**23 568 €**	**20 143 €**	**18 783 €**
Comp. Segurança Social	23 568 €	20 143 €	18 783 €
Outros	0 €	0 €	0 €
Gasto Total	**26 712 €**	**24 820 €**	**24 876 €**
Restaurantes	26 712 €	24 820 €	24 876 €
RESULTADO	**-3 144 €**	**-4 677 €**	**-6 093 €**
Imputação do Centro Infantil	6 642 €	3 735 €	5 040 €
CONTRIBUTO	**-9 786 €**	**-8 412 €**	**-11 133 €**

Fig.15 - Contributo PEA - CS

Considerando a imputação de 5.040 € provenientes do CIP, o valor do resultado é negativo em 11.133 €.

5.3 BALANÇO

	2019	2020	2021
ATIVO	35 334 434 €	39 283 307 €	42 994 709 €
Ativo Não Corrente	22 424 223 €	27 060 116 €	32 401 108 €
Ativo Corrente	12 910 211 €	12 223 191 €	10 593 601 €
Inventários	374 337 €	379 168 €	422 934 €
Dívidas de Terceiros	9 887 632 €	9 647 000 €	9 201 050 €
Meios Financeiros Líquidos	2 648 242 €	2 197 022 €	969 617 €
PASSIVO	14 883 764 €	18 246 589 €	21 475 816 €
Passivo Não Corrente	8 204 676 €	8 196 151 €	12 732 987 €
Passivo Corrente	6 679 088 €	10 050 438 €	8 742 829 €
Financiamento Externo	116 235 €	2 613 700 €	2 424 350 €
Fornecedores	1 300 107 €	1 901 664 €	1 752 516 €
Prestadores de Serviços	730 985 €	910 954 €	742 940 €
Outros	4 531 761 €	4 624 120 €	3 823 023 €
PATRIMÓNIO	20 450 670 €	21 036 718 €	21 518 893 €
Fundos Patrimoniais	17 682 469 €	20 405 917 €	20 992 531 €
Resultado Líquido	2 768 201 €	630 802 €	526 362 €

Fig. 16 - Balanço

No *Ativo Não Corrente* podemos verificar o investimento que se encontra a ser realizado no Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências.

Já no *Ativo Corrente*, a rubrica *Dívidas de Terceiros* regista uma quebra de 6,8%, resultante da liquidação de 5.1 milhões de euros da faturação do Programa SIGIC, SIM e STC-19. A redução de 55% verificado nos *Meios Financeiros Líquidos* decorre da liquidação que se encontra a ser concretizada no CIDIFAD.

No que diz respeito ao *Passivo*, o crescimento a longo prazo resulta do recurso ao protocolado financiamento JESSICA, enquanto que no *Corrente* se constata a aplicação dos meios financeiros supracitados.

Embora o *Passivo* evidencie um crescimento de 16,4%, este é ultrapassado pelo crescimento de 3.471 milhões de euros do *Ativo*, permitindo à SCM Riba D´Ave atingir o mais elevado valor alguma vez concretizado e garantido um Património Líquido de cerca de 21.5 milhões de euros.

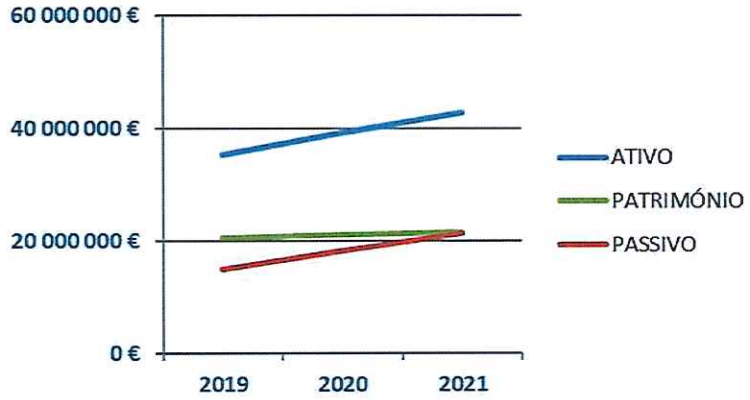


Fig. 17 - Evolução do Património

É assim possível constatar o sustentável crescimento da situação líquida da SCM Riba D´Ave que, em dez anos, reforçou o seu património em 15.9 milhões de euros.

5.4 INVESTIMENTOS

Através do seguinte quadro, observamos a evolução dos investimentos da SCM Riba D´Ave:

	2019	2020	2021
Edifícios	0 €	0 €	0 €
Terrenos	0 €	0 €	0 €
Equipamento Diverso	673 394 €	686 643 €	3 148 699 €
Investimentos em Curso	6 471 336 €	5 060 339 €	3 282 463 €
Total	7 144 730 €	5 746 982 €	6 431 162 €

Fig. 18 - Investimentos

O ano de 2021 é marcado pelo aproximar da conclusão do investimento no Centro de Investigação, Diagnóstico, Formação e Acompanhamento das Demências.

5.5 FUNDO DE MANEIO

A quebra de 15% do *Ativo Corrente* que, como verificamos, foi canalizado para a liquidação do investimento no CIDIFAD, potenciou o recuo do Fundo de Maneio para os 4.275 milhões de euros, mantendo-se, no entanto, num elevado patamar.

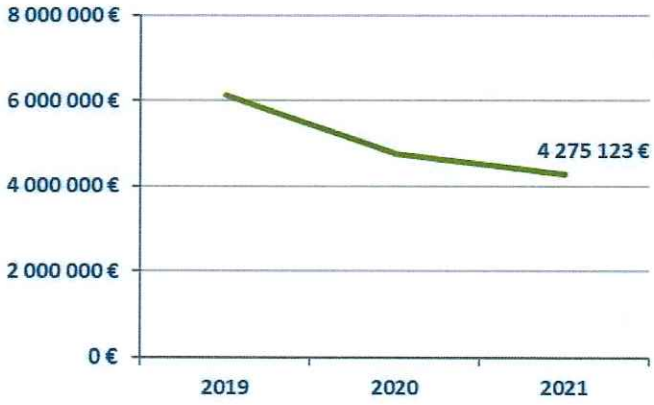


Fig. 19 - Evolução do Fundo de Maneio

5.6 RECURSOS HUMANOS

O ano de 2021 terminou com 460 colaboradores do quadro e 328 trabalhadores independentes ao serviço da SCM Riba D´Ave, totalizando 788 elementos.

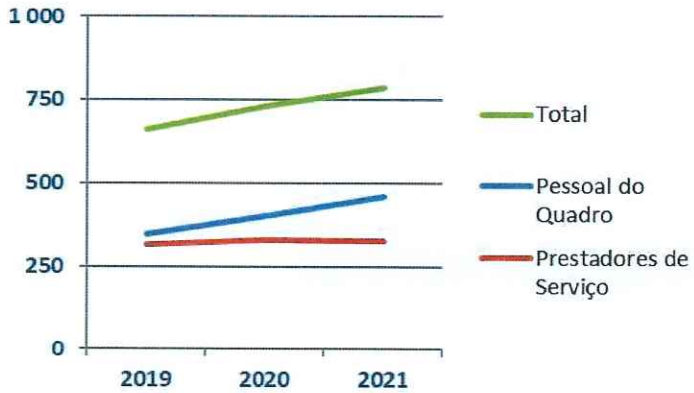


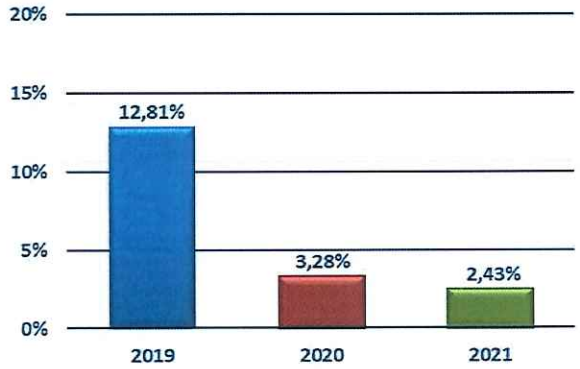
Fig. 20 - Evolução dos Recursos Humanos

O crescimento dos colaboradores resulta da necessidade de cumprir com o SIM e o STC-19, dois serviços conjunturais que foram reforçados com recursos humanos que, na sua maioria, integrarão a atividade do CIDIFAD.

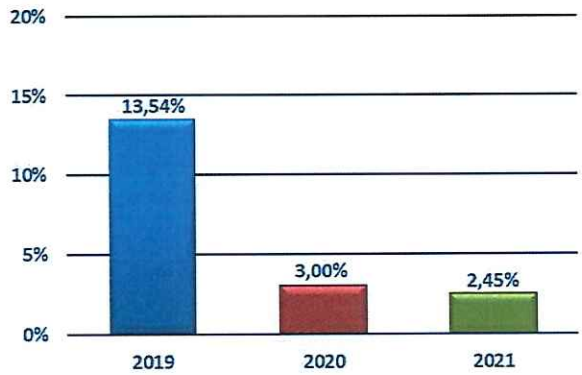
5.7 RÁCIOS

5.7.1 RENDIBILIDADE

Rendimentos

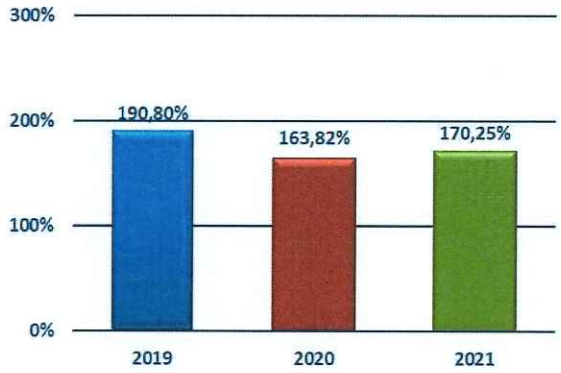


Capitais Próprios

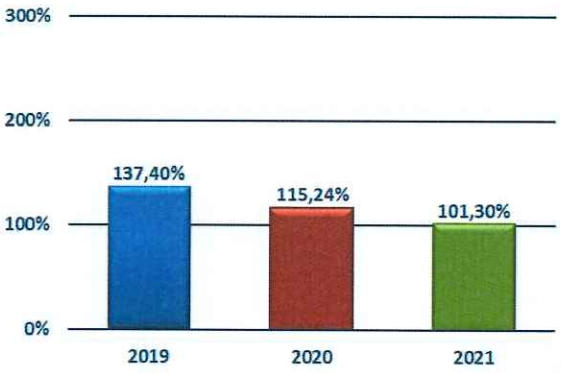


5.7.2 TESOURARIA E ESTRUTURA FINANCEIRA

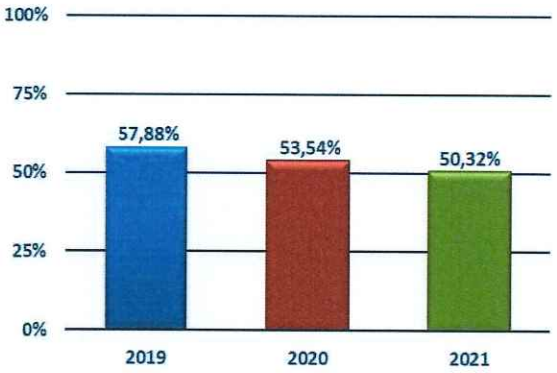
Coeficiente de Liquidez



Solvabilidade

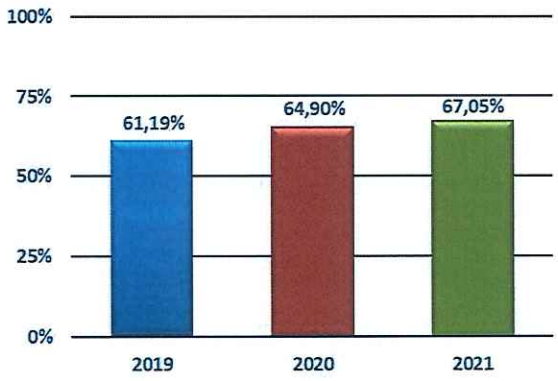


Autonomia Financeira



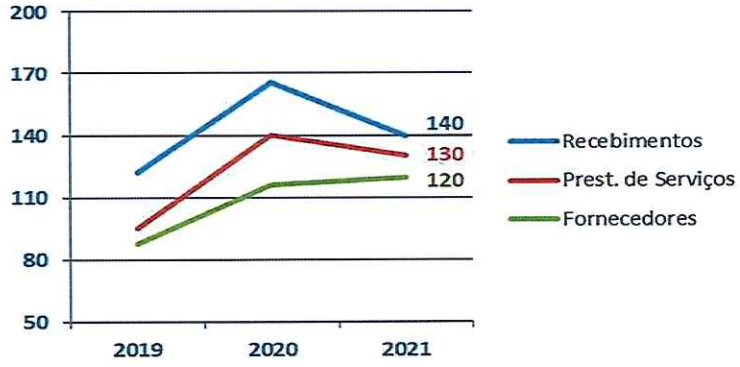
5.7.3 OPERATIVOS

Gastos com Pessoal/Rendimentos



Prazo Médio de Recebimentos e Pagamentos

(dias)



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ano de 2021 acabou por refletir um efeito agravado da crise pandémica iniciada em 2020. Os inevitáveis aumentos dos custos aliados à limitação do incremento dos rendimentos ditaram o pior ano económico da SCM Riba D´Ave desde o início do Contrato-Programa protocolado com a ARS Norte.

Embora a atividade económica tenha conseguido uma vigorosa aproximação à registada em 2019, ano pré-pandémico, o atraso na conclusão da empreitada do CIDIFAD e o consequente adiamento da sua abertura foram decisivos na execução orçamental e na impossibilidade de ser atingido o volume de faturação esperado. Paralelamente, a SCM Riba D´Ave assumiu o esforço de manter os recursos humanos perspetivados para o CIDFIAD que, por terem já formação na área das demências, seriam uma mais-valia no momento de início de atividade da valência.

Estes recursos, no entanto, revelaram-se decisivos na manutenção dos acordos de internamento médico com os hospitais do Serviço Nacional de Saúde, com o Serviço de Tratamento à COVID-19 protocolado com a ARS Norte, bem como os internamentos de *Altas Sociais*, acordado entre o Instituto da Segurança Social, a União das Misericórdias Portuguesas e a SCM Riba D´Ave.

Perante o conturbado ano que vivemos, é de realçar o nível de meios libertos atingido pela Misericórdia que, embora substancialmente inferior ao alcançado nos anos pré-pandemia, assegura um montante superior a 1.5 milhões de euros, ditando a estabilidade financeira da Instituição, bem como o cumprimento dos investimentos realizados.

Perante o drama sanitário, económico e social, a Mesa Administrativa da SCM Riba D´Ave viu-se na necessidade de reforçar a sua atenção junto dos mais desfavoráveis, mantendo um papel muito ativo no cumprimento do Compromisso, mas também na dinâmica do setor social.

Continua a SCM Riba D´Ave a manter uma política de organização do trabalho, com as melhores condições para os seus funcionários e colaboradores e uma maior diferenciação profissional, uma boa autonomia económica e financeira, visível na capacidade para assumir compromissos a curto, médio e a longo prazo, e a contínua capacidade para dar corpo ao cumprimento de indicadores de qualidade e de segurança dos utentes.

7. PROPOSTAS

1. Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas do período de 2021.

2. Que o Resultado Líquido obtido, positivo no valor de 526.362 €, seja mantido na conta de Resultados Transitados.

3. Que seja aprovado um voto de louvor a todos os funcionários, colaboradores e comissão executiva da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´ Ave, pela meritória atividade desenvolvida ao longo do período.

Riba D´Ave, 15 de março de 2022

A Mesa Administrativa da SCM Riba D´Ave

0.1

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2021

Índice

Balanço 45

Demonstração dos Resultados por Naturezas 46

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais 47

Demonstração dos Fluxos de Caixa 48

Anexo 49

Balanço em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	Datas	
		31-12-2021	31-12-2020
Ativo			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4	32.330.365,63	27.009.972,65
Investimentos financeiros	5	70.742,30	50.143,77
Subtotal		32.401.107,93	27.060.116,42
Ativo corrente			
Inventários	6	422.933,88	379.168,46
Créditos a receber	7	5.192.893,50	5.305.258,97
Estado e outros entes públicos	8	713.308,24	777.599,12
Diferimentos	9	7.165,14	20.927,73
Outros ativos correntes	10	3.287.683,38	3.543.214,54
Caixa e depósitos bancários	11	969.616,61	2.197.022,23
Subtotal		10.593.600,75	12.223.191,05
Total do Ativo		**42.994.708,68**	**39.283.307,47**
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	12	4.073.354,35	4.073.354,35
Reservas		36.132,88	36.132,88
Resultados transitados		15.755.362,11	15.124.560,41
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	13	1.127.682,04	1.171.868,86
Resultado líquido do período		526.361,65	630.801,70
Total dos fundos patrimoniais		**21.518.893,03**	**21.036.718,20**
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões			-
Financiamentos obtidos	14	12.732.987,19	8.196.151,49
Subtotal		12.732.987,19	8.196.151,49
Passivo corrente			
Fornecedores	15	2.495.455,83	2.812.618,17
Estado e outros entes públicos	8	488.653,13	441.600,56
Financiamentos obtidos	14	2.424.349,66	2.613.700,05
Diferimentos	9	19.777,00	-
Outros passivos correntes	16	3.314.592,84	4.182.519,00
Subtotal		8.742.828,46	10.050.437,78
Total do passivo		**21.475.815,65**	**18.246.589,27**
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		**42.994.708,68**	**39.283.307,47**

Riba D´Ave, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

A Mesa Administrativa

Demonstração dos Resultados por Naturezas no período findo em 31 de dezembro de 2021

RENDIMENTOS E GASTOS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Vendas e serviços prestados	17	20.420.673,07	18.070.846,83
Subsídios, doações e legados à exploração	18	783.380,39	707.141,04
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	(2.636.825,95)	(2.753.958,07)
Fornecimentos e serviços externos	20	(8.056.139,57)	(7.294.334,45)
Gastos com o pessoal	21	(9.169.587,69)	(7.287.419,79)
Provisões (aumentos/reduções)	0		
Outros rendimentos	22	492.260,29	424.087,69
Outros gastos	23	(146.625,49)	(142.640,14)
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		1.687.135,05	1.723.723,11
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	4	(1.146.770,01)	(1.089.763,89)
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		540.365,04	633.959,22
Juros e rendimentos similares obtidos	24	1.293,55	1.142,52
Juros e gastos similares suportados	24	(15.296,94)	(4.300,04)
Resultados antes de impostos		526.361,65	630.801,70
Imposto sobre o rendimento do período	14		
Resultado líquido do período		**526.361,65**	**630.801,70**

Riba D´Ave, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

A Mesa Administrativa

Demonstração das Alterações nos Fundos Patrimoniais no período findo em 31 de dezembro de 2021

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2021 6		4.073.354,35	36.132,88	15.124.560,41	1.171.868,86	630.801,70	21.036.718,20
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13					(630.801,70)	(630.801,70)
7		-	-	630.801,70	(44.186,82)	(630.801,70)	(630.801,70)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 8						526.361,65	526.361,65
RESULTADO EXTENSIVO 9=7+8						526.361,65	526.361,65
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
10		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2021 6+7+8+10		4.073.354,35	36.132,88	15.755.362,11	1.127.682,04	526.361,65	21.518.893,03

DESCRIÇÃO	Notas	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade-mãe					Total dos Fundos Patrimoniais
		Fundos	Reservas	Resultados Transitados	Outras variações nos fundos	Resultado líquido do período	
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2020 1		4.073.354,35	36.132,88	12.356.359,61	1.216.622,19	2.768.200,80	20.450.669,83
ALTERAÇÕES NO PERÍODO							
Outras alterações reconhecidas nos fundos patrimoniais	13	-	-	2.768.200,80	(44.753,33)	(2.768.200,80)	(44.753,33)
2		-	-	2.768.200,80	(44.753,33)	(2.768.200,80)	(44.753,33)
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO 3						630.801,70	630.801,70
RESULTADO EXTENSIVO 4=2+3						630.801,70	630.801,70
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO							
5		-	-	-	-	-	-
POSIÇÃO NO FIM DO ANO 2020 6=1+2+3+5		4.073.354,35	36.132,88	15.124.560,41	1.171.868,86	630.801,70	21.036.718,20

Riba D´Ave, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

A Mesa Administrativa

Demonstração dos Fluxos de Caixa no período findo em 31 de dezembro de 2021

RUBRICAS	Notas	PERÍODOS	
		2021	2020
Fluxos de caixa das atividade operacionais			
Recebimentos de clientes e utentes		24.356.442,22	20.253.335,34
Pagamento a fornecedores		(11.512.740,85)	(9.921.207,88)
Pagamentos ao pessoal		(7.826.065,86)	(5.941.472,41)
Caixa gerada pelas operações		5.017.635,51	4.390.655,05
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento			
Outros recebimentos/pagamentos		(3.251.961,20)	(2.536.424,13)
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		1.765.674,31	1.854.230,92
Fluxos de caixa das atividade de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis	4	(4.494.177,34)	(4.777.041,58)
Investimentos financeiros		(23.020,61)	(14.191,90)
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros		2.422,08	-
Subsídios ao investimento		-	-
Juros e rendimentos similares		1.293,55	1.142,52
Fluxos de caixa das atividade de investimento (2)		(4.513.482,32)	(4.790.090,96)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		1.995.922,46	2.605.175,29
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		(460.223,13)	(116.235,00)
Juros e gastos similares		(15.296,94)	(4.300,04)
Fluxos de caixa das atividade de financiamento (3)		1.520.402,39	2.484.640,25
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		**(1.227.405,62)**	**(451.219,79)**
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes no início do período	11	2.197.022,23	2.648.242,02
Caixa e seus equivalentes no fim do período	11	**969.616,61**	**2.197.022,23**

Riba D´Ave, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

A Mesa Administrativa

Anexo em 31 de dezembro de 2020

1. Identificação da Entidade

A IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE (ISCMRA) é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (I.P.S.S.), com sede na Rua 25 de Abril, Freguesia de Riba de Ave, Concelho de Vila Nova de Famalicão e Distrito de Braga. Instituída no ano de 1927, é uma associação de fiéis com personalidade jurídica, canónica e civil.

A Irmandade está reconhecida como I.P.S.S., mediante participação escrita da sua ereção canónica feita pelo Ordinário Diocesano aos serviços competentes do Estado e rege-se pelo Código do Direito Canónico e pela lei civil, simultaneamente, conforme o caso.

A sua atividade principal está definida pela CAE 85110 - Atividades dos Estabelecimentos de Saúde com Internamento, através do Hospital Narciso Ferreira, designação adotada em 1933. Tem como atividades secundárias, a Educação Pré-Escolar (CAE 85100) e Atividades de Cuidados para Crianças sem Alojamento (CAE 88910).

A SCMRA exerce a sua ação, no campo social, através da prática das 14 Obras de Misericórdia, tanto espirituais como corporais, mantendo, no plano especificamente religioso, o culto divino na sua Igreja.

Compete-lhe, nomeadamente:

- Manter as obras sociais existentes e promover o seu desenvolvimento;
- Cooperar com quaisquer entidades públicas ou privadas na satisfação de carências sociais, materiais ou morais, da população;
- Conservar, valorizar e divulgar o seu património com valor histórico e artístico;
- Gerir o seu valor social, segundo critérios de eficiência e sustentabilidade.

Os Corpos Sociais da ISCMRA são a **Assembleia Geral**, a **Mesa Administrativa** e o **Definitório**, sendo os seus elementos eleitos em lista completa pelo período de quatro anos civis, podendo eventualmente ser reeleitos.

A **Assembleia Geral** é composta pela reunião de irmãos inscritos no pleno gozo dos seus direitos.

A **Mesa Administrativa** é constituída por um provedor, um vice-provedor, um secretário e um vogal suplente.

O **Definitório** é composto por três membros efetivos, um presidente, dois vogais e dois suplentes, competindo-lhe, nomeadamente, exercer a fiscalização sobre a escrituração e documentos da Instituição, sempre que tal se julgar conveniente.

2. Referencial contabilístico de preparação das Demonstrações Financeiras

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Setor Não Lucrativo (NCRF-ESNL) publicada pelo Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de março e republicada pelo Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho, nos termos do Regime Contabilístico para as Entidades do Setor Não lucrativo que foi aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de março, republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho. No Anexo II do referido diploma, refere que o Sistema de Normalização Contabilística para Entidades do Setor Não Lucrativos é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 220/2015, de 24 de julho;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 218/2015, de 23 de julho;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 8259/2015, de 29 de julho; e
- Normas Interpretativas (NI).

3. Principais políticas contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1. Bases de apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1. Continuidade:

Com base na informação disponível e as expetativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Setor Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2. Regime do acréscimo (periodização económica):

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura concetual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados respetivas contas das rubricas "*Devedores e credores por acréscimos*" (Notas 10 e 16) e "*Diferimentos*" (Nota 9)

3.1.3. Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4. Materialidade e agregação:

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade dependente da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciarem as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras influenciarem. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5. Compensação

Devido à importância dos ativo e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6. Informação comparativa

A informação comparativa deve ser divulgava, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

a) A natureza da reclassificação;
b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
c) Razão para a reclassificação.

3.2. Políticas de reconhecimento e mensuração

3.2.1. Ativos fixos tangíveis

Os "*Ativos fixos tangíveis*" encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de possibilitar atividades presentes e futuras adicionais

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta/do saldo decrescente/das unidades de produção em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Terrenos e recursos naturais	indefenida
Edifícios e outras construções	20
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento administrativo	6
Outros ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, as sendo que se encontra espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas "*Outros rendimentos*" ou "*Outros gastos*".

3.2.2. Inventários

Os "*Inventários*" estão registados ao menor de entre o custo de aquisição e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido representa o preço de venda estimado deduzido de todos os custos estimados necessários para a concluir os inventários e proceder à sua venda. Sempre que o valor de custo é superior ao valor realizável líquido, a diferença é registada como uma perda por imparidade.

A Entidade adota como método de custeio dos inventários o custo médio ponderado. Os Inventários que não sejam geralmente intermutáveis deve ser atribuído custos individuais através do uso de identificação específica.

Os produtos e trabalhos em curso encontram-se valorizados ao custo de produção, que inclui o custo dos materiais incorporados, mão-de-obra direta e gastos gerais.

Os Inventários que a Entidade detém, mas que destinam-se a contribuir para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras ou os serviços que lhes estão associados não estão diretamente relacionados com a capacidade de para ela gerar fluxos de caixa, estão mensurados pelo custo histórico ou custo corrente, o mais baixo dos dois.

3.2.3. Instrumentos financeiros

Os ativos e passivos financeiras são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos "Instrumentos Financeiros" com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
    - Alterações no risco segurado;
    - Alterações na taxa de câmbio;
    - Entrada em incumprimento de uma das partes;
    - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
        - Alterações no preço do bem locado;
        - Alterações na taxa de câmbio
        - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Clientes e Outros ativos correntes

Os "*Clientes*" e as "*Outros ativos correntes*" encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

As "*Perdas por Imparidade*" são registadas na sequência de eventos ocorrido que apontem de forma objetiva e quantificável, através de informação recolhida, que o saldo em dívida não será recebido (total ou parcialmente).Estas correspondem à diferença entre o montante a receber e respetivo valor atual dos fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juro efetiva inicial, que será nula quando se perspetiva um recebimento num prazo inferior a um ano.
Estas rubricas são apresentadas no Balanço como ativo corrente, no entanto nas situações em que a sua maturidade é superior a doze meses da data de Balanço, são exibidas como ativos não correntes.

Caixa e depósitos bancários

A rubrica "*Caixa e depósitos bancários*" incluí caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e Outros passivos correntes

As dívidas registadas em "*Fornecedores*" e "*Outros passivos correntes*" são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.4. Fundos Patrimoniais

A rubrica "*Fundos*" constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os "*Fundos Patrimoniais*" são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.5. Provisões, passivos contingentes e ativos

Periodicamente, a Entidade analisa eventuais obrigações que advenham de pretéritos acontecimentos e dos quais devam ser objeto de reconhecimento ou de divulgação. Assim, a Entidade reconhece uma Provisão quando tem uma obrigação presente resultante de um evento passado e do qual seja provável que, para a liquidação dessa obrigação, ocorra um exfluxo que seja razoavelmente estimado.

O valor presente da melhor estimativa na data de relato dos recursos necessários para liquidar a obrigação é o montante que a Entidade reconhece como provisão, tendo em conta os riscos e incertezas intrínsecos à obrigação.

Na data de relato, as Provisões são revistas e ajustadas para que assim possam refletir melhor a estimativa a essa data.

Por sua vez, os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, no entanto são divulgados sempre que a possibilidade de existir exfluxo não seja remota. Tal como os passivos Contingentes, os ativos contingentes também não são reconhecidos nas demonstrações financeiras, ocorrendo a sua divulgação apenas quando for provável a existência de um influxo.

3.2.6. Financiamentos obtidos

Empréstimos obtidos

Os "*Empréstimo obtidos*" encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os "*Encargos financeiros*" de "*Empréstimos obtidos*" relacionados com a aquisição, construção ou produção de "Investimentos" são capitalizados, sendo parte integrante do custo do ativo. Rendimentos que advenham dos empréstimos obtidos antecipadamente relacionados com um investimento específico são deduzidos aos encargos financeiros elegíveis para capitalização.

Os "*Encargos financeiros*" não relacionados com ativos são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica "*Juros e gastos similares suportados*".

3.2.7. Estado e outros Entes Públicos

O imposto sobre o rendimento do período corresponde ao imposto a pagar. Este, incluí as tributações autónomas sempre que estas existam.

Nos termos do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC):

a) "*As pessoas colectivas de utilidade pública administrativa;*
b) *As instituições particulares de solidariedade social e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas;*
c) *As pessoas colectivas de mera utilidade pública que prossigam, exclusiva ou predominantemente, fins científicos ou culturais, de caridade, assistência, beneficência, solidariedade social ou defesa do meio ambiente.*"

Assim, os rendimentos previstos no n.º 3 do art.º 10 encontram-se sujeitos a IRC à taxa de 21% sobre a matéria coletável nos termos do n.º 5 do art.º 87. Acresce ao valor da coleta de IRC apurado, a tributação autónoma sobre os encargos e às taxas previstas no art.º 88º do CIRC.

As declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção, de acordo com a legislação em vigor, durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações. Nestes casos, e dependendo das circunstâncias, os prazos são alargados ou suspensos. Ou seja, as declarações fiscais da Entidade dos anos de 2016 a 2020 ainda poderão estar sujeitas a revisão.

3.2.8. Benefício dos empregados

Os benefícios de curto prazo dos empregados incluem salários, retribuições eventuais por trabalho extraordinário, subsídio de alimentação, subsídio de férias e de Natal e quaisquer outras retribuições adicionais decididas pontualmente pela Direção. Para além disso, são ainda incluídas as contribuições para a Segurança Social de acordo com a incidência contributiva decorrente da legislação aplicável, as faltas autorizadas e remuneradas e, ainda, eventuais participações nos lucros e gratificações, desde que o seu pagamento venha a decorrer dentro dos 12 meses subsequentes ao encerramento do período.

As obrigações decorrentes dos benefícios de curto prazo são reconhecidas como gastos no período em que são prestados, numa base não descontada, por contrapartida do reconhecimento de um passivo que se extingue com o pagamento respetivo.

De acordo com a legislação laboral aplicável, o direito a férias e subsídio de férias relativo ao período, por este coincidir com o ano civil, vence-se em 31 de dezembro de cada ano, sendo somente pago durante o período seguinte, pelo que os gastos correspondentes encontram-se reconhecidos como benefícios de curto prazo e tratados de acordo com o anteriormente referido.

Os benefícios decorrentes da cessação de emprego, quer por decisão unilateral da Entidade, quer por mútuo acordo, são reconhecidos como gastos no período em que ocorreram.

3.2.1. Subsídios e outros apoios de entidades públicas

Os subsídios são reconhecidos ao seu justo valor, quando existe uma garantia suficiente de que o subsídio venha a ser recebido e de que a Entidade cumpre com todas as condições para o receber.

Os subsídios à exploração destinam-se à cobertura de gastos, incorridos e registados, com o desenvolvimento de estágios profissionais, sendo os mesmos reconhecidos em resultados à

medida que os gastos são incorridos, independentemente do momento de recebimento do subsídio.

3.2.2. Fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa é preparada através do método direto. A Entidade classifica na rubrica "Caixa e seus equivalentes" os montantes de caixa e depósitos à ordem.

A demonstração dos fluxos de caixa encontra-se classificada em atividades operacionais, de financiamento e de investimento. As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, pagamentos a fornecedores, pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos.

Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a financiamentos obtidos.

3.2.3. Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos apresentados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pela Direção foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem, nomeadamente, análises de imparidade nas contas a receber.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas. As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

3.2.4. Eventos subsequentes

Os eventos ocorridos após a data de Balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do Balanço são refletidos nas Demonstrações Financeiras. Os eventos após a data do Balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do Balanço, se materiais, são divulgados no Anexo.

4. Ativos fixos tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2021 e de 2020, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2021
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2.893.412,57	-	-	-	2.893.412,57
Edifícios e outras construções	27.788.083,23	3.647.684,46	-		31.435.767,69
Equipamento básico	9.810.959,98	1.923.978,09	-	-	11.734.938,07
Equipamento de transporte	108.056,15		-	-	108.056,15
Equipamento administrativo	1.191.374,96	686.056,49	-	-	1.877.431,45
Outros ativos fixos tangíveis	926.868,31	209.443,95	-	-	1.136.312,26
Total	**42.718.755,20**	**6.467.162,99**	-	-	49.185.918,19
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	6.293.703,41	472.880,73	-	-	6.766.584,14
Equipamento básico	7.516.224,68	522.444,85	-	-	8.038.669,53
Equipamento de transporte	60.245,66	16.625,46	-	-	76.871,12
Equipamento administrativo	1.194.327,44	71.046,61	-	-	1.265.374,05
Outros ativos fixos tangíveis	644.281,36	63.772,36	-	-	708.053,72
Total	**15.708.782,55**	**1.146.770,01**	-	-	**16.855.552,56**
				Quantia escriturada	**32.330.365,63**

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aquisições / Aumentos	Abates / Diminuições	Transferências	Saldo em 31-12-2020
Custo					
Terrenos e recursos naturais	2.893.412,57	-	-	-	2.893.412,57
Edifícios e outras construções	22.934.982,22	4.853.101,01	-		27.788.083,23
Equipamento básico	9.154.381,28	656.578,70	-	-	9.810.959,98
Equipamento de transporte	49.841,03	58.215,12	-	-	108.056,15
Equipamento administrativo	1.138.033,38	53.341,58	-	-	1.191.374,96
Outros ativos fixos tangíveis	837.124,46	89.743,85	-	-	926.868,31
Total	**37.007.774,94**	**5.710.980,26**	-	-	42.718.755,20
Depreciações acumuladas					
Edifícios e outras construções	5.821.086,90	472.616,51	-	-	6.293.703,41
Equipamento básico	7.043.276,17	472.948,51	-	-	7.516.224,68
Equipamento de transporte	49.841,03	10.404,63	-	-	60.245,66
Equipamento administrativo	1.109.823,23	84.504,21	-	-	1.194.327,44
Outros ativos fixos tangíveis	594.991,33	49.290,03	-	-	644.281,36
Total	**14.619.018,66**	**1.089.763,89**	-	-	**15.708.782,55**
				Quantia escriturada	**27.009.972,65**

5. Investimentos financeiros

Nos termos da Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto, e da Portaria n.º 294-A/2013, de 30 de setembro, a Entidade é obrigada a efetuar, para os fundos de compensação, entregas de 1%, para os fundos de compensação, sobre as remunerações base e diuturnidades dos trabalhadores contratados após 1 de outubro de 2013.

O Decreto-Lei n.º 165-A/2013, de 23 de dezembro, cria e estabelece o Fundo de Reestruturação do Setor Solidário (FRSS). O FRSS destina-se a apoiar a reestruturação e a sustentabilidade económica e financeira das Instituições Particulares de Solidariedade Social e equiparadas,

permitindo a manutenção do regular funcionamento e desenvolvimento das respostas e serviços sociais que estas entidades prestam.

Descrição	Saldo em 01-01-2020	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-12-2020
Fundo de Compensação	35.056,00	14.677,04	-	-	49.733,04
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	410,73	-	-	-	410,73
Total	**35.466,73**	**14.677,04**	**-**	**-**	**50.143,77**

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Justo Valor	Saldo em 31-12-2021
Fundo de Compensação	49.733,04	23.020,61	(2.422,08)	-	70.331,57
Fundo de Reestruturação do Setor Solidário	410,73	-	-	-	410,73
Total	**50.143,77**	**23.020,61**	**(2.422,08)**	**-**	**70.742,30**

6. Inventários

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "*Inventários*" apresentava os seguintes valores:

Descrição	Inventário em 01-01-2020	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-12-2020
Mercadorias	16.057,35	5.775,00	8.799,90	**20.987,24**
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	358.279,39	2.753.542,78	(9.327,89)	**358.181,22**
Total	**374.336,74**	**2.759.317,78**	**(527,99)**	**379.168,46**

Descrição	Inventário em 01-01-2021	Compras	Reclassificações e regularizações	Inventário em 31-12-2021
Mercadorias	20.987,24		9.741,76	**8.578,02**
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	358.181,22	2.681.171,73	(10.322,12)	**414.355,86**
Total	**379.168,46**	**2.681.171,73**	**(580,36)**	**422.933,88**

7. Créditos a receber

Para os períodos findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a rubrica "*Créditos a receber*" encontra-se desagregada da seguinte for:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Clientes e Utentes c/c	**5.207.379,26**	**5.319.744,73**
Clientes	5.207.379,26	5.319.744,73
Clientes e Utentes cobrança duvidosa	**14.485,76**	**14.485,76**
Clientes	14.485,76	14.485,76
Total	**5.192.893,50**	**5.305.258,97**

8. Estado e outros Entes Públicos

A rubrica de "*Estado e outros Entes Públicos*" está dividida da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	713.308,24	777.599,12
Total	**713.308,24**	**777.599,12**
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	16.744,18	39.973,45
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	167.815,59	142.454,96
Segurança Social	302.027,27	257.694,12
Outros Impostos e Taxas	2.066,09	1.478,03
Total	**488.653,13**	**441.600,56**

9. Diferimentos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a rubrica "*Diferimentos*" englobava os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Gastos a reconhecer		
Seguros	7.088,51	20.851,10
Outros	76,63	76,63
Total	**7.165,14**	**20.927,73**
Rendimentos a reconhecer		
Outros	19.777,00	-
Total	**19.777,00**	**-**

10. Outros ativos correntes

A rubrica "*Outros ativos correntes*" tinha, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a seguinte decomposição:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Adiantamentos ao pessoal	6.856,10	10.856,10
Devedores por acréscimos de rendimentos	3.148.862,92	3.458.016,10
Outros devedores	131.964,36	74.342,34
Perdas por Imparidade	-	-
Total	**3.287.683,38**	**3.543.214,54**

11. Caixa e depósitos bancários

A rubrica de "*Caixa e Depósitos Bancários*", a 31 de dezembro de 2021 e 2020, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Caixa	12.737,37	9.265,15
Depósitos à ordem	855.786,65	2.087.249,85
Depósitos a prazo	101.092,59	100.507,23
Total	**969.616,61**	**2.197.022,23**

12. Fundos patrimoniais

Nos "*Fundos patrimoniais*" ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Aumentos	Diminuições	Saldo em 31-12-2021
Fundos	4.073.354,35	-	-	4.073.354,35
Reservas	36.132,88	-	-	36.132,88
Resultados transitados	15.124.560,41	630.801,70	-	15.755.362,11
Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais	1.171.868,86		44.186,82	1.127.682,04
Resultado líquido do período	630.801,70	526.361,65	630.801,70	526.361,65
Total	**21.036.718,20**	**1.157.163,35**	**674.988,52**	**21.518.893,03**

13. Ajustamentos/outras variações nos fundos patrimoniais

Saldos desta rubrica, em 31 de dezembro de 2021 e 2020, apresentavam-se como segue:

Descrição	Saldo em 01-01-2021	Diminuições	Saldo em 31-12-2021
Subsídios ao investimento	1.171.868,86	44.186,82	1.127.682,04
Total	**1.171.868,86**	**44.186,82**	**1.127.682,04**

14. Financiamentos obtidos

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 a entidade apresentava os seguintes valores relativos a *"Financiamentos obtidos"*:

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	1.997.534,00	11.893.633,00	**13.891.167,00**	2.526.523,80	8.117.500,00	**10.644.023,80**
Locações Financeiras	426.815,66	839.354,19	**1.266.169,85**	87.176,25	78.651,49	**165.827,74**
Total	**2.424.349,66**	**12.732.987,19**	**15.157.336,85**	**2.613.700,05**	**8.196.151,49**	**10.809.851,54**

Os prazos de reembolso dos empréstimos bancários são os seguintes:

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	1.997.533,50	-	**1.997.533,50**	-	-	-
De um a cinco anos	7.569.432,00	-	**7.569.432,00**	5.000.000,00	-	**5.000.000,00**
Mais de cinco anos	4.324.201,50	-	**4.324.201,50**	5.644.023,80	-	**5.644.023,80**
Total	**13.891.167,00**	**-**	**13.891.167,00**	**10.644.023,80**	**-**	**10.644.023,80**

Os planos de reembolso da dívida, discriminam-se da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021			31-12-2020		
	Capital	Juros	Total	Capital	Juros	Total
Até um ano	426.815,66		**426.815,66**	94.399,58	866,60	**95.266,18**
De um a cinco anos	839.354,19		**839.354,19**	56.720,97	3.105,75	**59.826,72**
Total	**1.266.169,85**	**-**	**1.266.169,85**	**151.120,55**	**3.972,35**	**155.092,90**

15. Fornecedores

O saldo da rubrica de *"Fornecedores"* é discriminado da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
Fornecedores c/c	2.495.455,83	2.812.618,17
Total	**2.495.455,83**	**2.812.618,17**

16. Outros passivos correntes

A rubrica de *"Outros passivos correntes"* é discriminada da seguinte forma:

Descrição	31-12-2021	31-12-2020
	Corrente	Corrente
Outras dívidas a pagar		
Fornecedores de Investimentos	686.489,18	1.551.896,88
Credores por acréscimos de gastos	2.119.825,23	2.049.656,18
Estimativa de férias	1.156.644,70	1.081.588,74
Centro Infantil - Segurança Social	490.491,47	364.491,47
Sociedades Médicas	365.510,08	500.020,61
Outros acréscimos de gastos	107.178,98	103.555,36
Honorários	346.795,63	541.471,28
Outros credores	161.482,80	39.494,66
Total	**3.314.592,84**	**4.182.519,00**

17. Vendas e serviços prestados

Para os períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes valores relativos a *"Vendas"* e *"Serviços Prestados:"*

Vendas

Descrição	2021	2020
Mercadorias	12.207,21	11.741,18
Materiais de consumo	7.102,99	6.170,20
Total	**19.310,20**	**17.911,38**

Serviços prestados:

Descrição	2021	2020
Quotas dos utilizadores	196.069,36	183.105,81
Serviços Secundários	20.205.293,51	17.869.829,64
	20.401.362,87	**18.052.935,45**

18. Subsídios, doações e legados à exploração

Em 2021 e 2020, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "*Subsídios, doações e legados à exploração*":

Descrição	2021	2020
Subsídios do Estado e outros entes públicos	783.380,39	707.141,04
Total	**783.380,39**	**707.141,04**

19. Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos "*Fornecimentos e serviços externos*" nos períodos de 2021 e de 2020, foi a seguinte:

Descrição	2021	2020
Subcontratos	3.778.036,15	3.429.895,68
Serviços especializados	3.131.838,46	2.977.386,23
Materiais	156.902,23	112.329,26
Energia e fluidos	646.790,40	405.814,49
Deslocações, estadas e transportes	20.546,95	16.942,03
Serviços diversos (*)	122.060,57	124.037,86
Limpeza, higiene e conforto	105.161,01	133.837,89
Cantina social	24.876,00	24.820,00
Comunicação	69.927,80	69.271,01
Total	**8.056.139,57**	**7.294.334,45**

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

20. Gastos com o pessoal

O número de membros dos órgãos sociais, nos períodos de 2021 e 2020 foram "11", em ambos os anos.

Os órgãos sociais usufruem as seguintes remunerações:

Provedor: quatro vezes o valor do IAS.

Os outros órgãos sociais da Entidade não auferem qualquer remuneração.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 2021 foi de 431 e em 2020 foi de 402.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2021	2020
Remunerações aos órgãos sociais	25.720,86	24.561,16
Remunerações ao pessoal	7.589.236,54	5.932.447,17
Encargos sobre as remunerações	1.458.627,29	1.228.730,18
Seguros de acidentes no trabalho e doenças profissionais	88.932,57	75.215,03
Outros gastos com o pessoal	7.070,43	26.466,25
Total	**9.169.587,69**	**7.287.419,79**

21. Outros rendimentos

A rubrica de "*Outros rendimentos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Rendimentos suplementares	127.327,05	109.742,02
Descontos de pronto pagamento obtidos	12.060,59	11.476,61
Outros rendimentos	352.872,65	302.869,06
Imputação subsídios ao investimento	44.186,82	44.753,33
Donativos	26.916,89	37.275,55
Outros	281.768,94	220.840,18
Total	**492.260,29**	**424.087,69**

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

22. Outros gastos

A rubrica de "*Outros gastos*" encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2021	2020
Impostos	7.179,97	6.682,75
Descontos de pronto pagamento concedidos	1.841,79	1.084,17
Dívidas incobráveis	-	133,00
Outros gastos(*)	137.603,73	134.740,22
Correções relativas a periodos anteriores	100.834,76	91.271,09
Donativos	6.050,00	5.400,00
Outros	30.718,97	38.069,13
Total	**146.625,49**	**142.640,14**

(*) Discriminadas as três rubricas de maior valor por ordem decrescente

23. Resultados financeiros

Nos períodos de 2021 e 2020 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2021	2020
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	13.388,33	2.454,69
Outros gastos e perdas de financiamento	1.908,61	1.845,35
Total	**15.296,94**	**4.300,04**
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	1.293,55	1.142,52
Total	**1.293,55**	**1.142,52**
Resultados financeiros	**(14.003,39)**	**(3.157,52)**

24. Passivos contingentes

1. Processo nº 850/12.5BEBRG: Existe ainda uma liquidação oficiosa de IRC no valor de 158.546,99 € relativa ao período de 2007, em virtude da Administração Tributária e Aduaneira

(AT) considerar que a isenção prevista na alínea b) do n.º 1 do art.º 10.º do CIRC não é aplicável à SCMRA. A referida liquidação oficiosa será impugnada no Tribunal Fiscal por, pelo departamento jurídico da Entidade, ser entendido que essa liquidação é ilegal, uma vez que, desde sempre foi reconhecida à Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Riba de Ave isenção de IRC na sua valência da saúde. Além disso, existe uma grande convicção que a Entidade terá grandes hipóteses de conseguir anular tal liquidação, quer em face das disposições legais aplicáveis, quer em face das decisões dos Tribunais Fiscais em casos idênticos, embora no âmbito do ensino. Face ao exposto, não foi reconhecida qualquer provisão para impostos nas demonstrações financeiras da Entidade.

2. Processos n.º 7403/18.2T8GMR, n.º 602/20.9BEBRG, n.º 1362/20.9BEBRG: processos em que a SCMRA deverá ser absolvida (> 50%) e a eventual condenação não terá grandes repercussões financeiras, pois o risco está coberto pelo seguro de responsabilidade civil (seguradora foi chamada ao processo).

3. Processo n.º 3928/20.8T8BRG: o autor reclama um pedido de indemnização por invocar que surgiu uma infeção no pós-operatório que poderá ter sido a causa do impedimento de continuar a exercer a sua profissão. A probabilidade da SCMRA ser absolvida é elevada, devido a que foram cumpridos todos os procedimentos e meios necessários e adequados à prevenção e combate de infeções nas suas instalações. Ou seja, o surgimento de uma infeção ocorreu no pós-operatório e já depois do utente ter alta hospitalar e como tal não decorreu de nenhum facto ilícito culposo, tendo, portanto, o hospital atuado com o grau de diligência exigível segundo os adequados padrões impostos. A posição da SCMRA tem cobertura jurisprudencial, nomeadamente no Acórdão do Processo n.º 558/11.9TBCBR.C1 de 28 de novembro de 2018.

4. Processo n.º 315/20.1T8VNF: ação de processo comum laboral em que trabalhadores reclamam que seja reconhecida a categoria profissional de assistente administrativo e respetivos direitos adstritos à referida categoria que invocam. Devido à probabilidade de sucesso, superior a 50%, por ser entendido de que os trabalhadores se encontram devidamente enquadrados, não foi constituída provisão e divulgamos este processo como passivo contingente.

25. Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas à Autoridade Tributária e Aduaneira em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei n.º 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do artigo 210 º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa-se que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas, para 2021 e 2020, foram de 4.800,00€ (IVA incluído) em cada um dos períodos.

26. Impacto da Covid-19 e do conflito armado entre a Rússia e a Ucrânia nas demonstrações financeiras

Os anos de 2020 e de 2021 ficam marcados por uma crise pandémica, a escala mundial, originada pelo aparecimento e disseminação do vírus SARS-CoV-2 (COVID-19). Esta crise desencadeou significativos impactos negativos em termos humanos, sociais, económicos e financeiros.

A atividade económica foi sujeita a medidas restritivas governamentais que foram implementadas como forma de contenção do nível de contágios do vírus. Estas medidas limitaram a atividade das diferentes economias e respetivo tecido empresarial, gerando degradação do nível de atividade e consequente deterioração dos níveis de rendibilidade.

Neste contexto e considerando os impactos ocorridos, a Entidade mantem medidas de contingência e de prevenção, e os outros mecanismos disponíveis que visam minimizar os impactos negativos potenciais para a Entidade, para os colaboradores e para as PME.

No decorrer de fevereiro de 2022, as relações diplomáticas entre a Rússia e a Ucrânia deterioraram-se acentuadamente, o que resultou no início de um conflito armado entre os dois países. A situação é particularmente delicada e não se sabe até que ponto será extensível a outros países, através da iminência da entrada de países da NATO e dos EUA no conflito.

A esta data, já alguns dos danos são visíveis, como o agravamento dos preços das matérias-primas, pelo que se espera uma estagnação económica extensível a toda a União Europeia.

Não obstante o cenário de elevada incerteza, dada a performance financeira e operacional da entidade em 2021, é possível assegurar, à presente data, e com razoável grau de confiança, que os eventuais efeitos negativos sobre a atividade e a rentabilidade futuras da entidade, a existirem, não colocarão em causa a continuidade das suas operações, mantendo-se apropriado o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2021.

No contexto económico e financeiro em que a Entidade está inserida, é fundamental a existência de uma estratégia de gestão do risco totalmente integrada na estratégia global da organização, que aumente o seu grau de resiliência e a torne gradualmente imune a imprevistos e efeitos adversos. É desenvolvido um trabalho de identificação prévia dos riscos classificados como sendo os mais críticos, e são definidas estratégias de gestão do risco com vista à implementação de procedimentos de controlo, que o diminuam para um nível aceitável. Através da

implementação de procedimentos de controlo, a Entidade procura assegurar a eficiência e eficácia das suas operações, assim como a salvaguarda dos ativos, a fiabilidade da informação financeira e o cumprimento das leis e normas. O objetivo final será maximizar o *trade-off* entre os riscos e as margens de negócio, de modo a atingir, de forma sustentada, os objetivos estratégicos da Entidade.

27. Acontecimentos após data de Balanço

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foram aprovadas pela Direção 15 de março de 2022.

Riba de Ave, 15 de março de 2022

O Contabilista Certificado, n.º 9.602

A Direção

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D`AVE

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

OPINIÃO

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2021 (que evidencia um total de 42.994.708,68 euros e um total de fundos patrimoniais de 21.518.893,03 euros, incluindo um resultado líquido do período de 526.361,65 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração de fluxos de caixa, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e o anexo - que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas - relativas ao ano findo naquela data.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA DE AVE** em 31 de dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

BASES PARA A OPINIÃO

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística;
- elaboração do relatório de atividades nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devida a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

DRAFT

- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subsequentes subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada; e
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de atividades com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE O RELATÓRIO DE ATIVIDADES

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de atividades foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Braga, 28 de março de 2022.

Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC
Registo na OROC n.º 148 | Registo na CMVM n.º 20161459
Representada por Mário da Cunha Guimarães, ROC
Registo na OROC n.º 1159 | Registo na CMVM n.º 20160771

DRAFT

IRMANDADE DA SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE RIBA D´AVE

PARECER DO DEFINITÓRIO

PARECER DO DEFINITÓRIO

Na sequência da análise que fez ao Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Riba D´Ave, relativamente ao ano de 2021, o Definitório, no uso das atribuições legais e estatutárias que lhe estão cometidas, vem emitir o respetivo Parecer, nos termos que se passam a expor.

O ano de 2021 ficou marcado pelo agravar das nefastas consequências originadas pela crise pandémica da COVID-19, tal como sucedera em 2020, levando à necessidade de recorrer ao serviço de profissionais que iriam ser afetos ao CIDIFAD, para que não fossem perturbados os demais serviços hospitalares, ou seja, mantidos os mesmos níveis de atividade.

Estas foram as razões que justificaram o anormal incremento de custos com pessoal com que o Definitório se deparou, conforme informação prestada pela Mesa Administrativa.

Regista-se a capacidade de resiliência da Mesa Administrativa e da Comissão Executiva nestes tempos tão difíceis e incertos como os que estamos a atravessar.

Pelo exposto, e com base nas informações prestadas ao Definitório pela Mesa Administrativa, no decurso do ano, com o conforto da informação constante da Certificação Legal de Contas feita por Mário da Cunha Guimarães, ROC n.º 1159, em representação de Joaquim Guimarães, Manuela Malheiro e Mário Guimarães, SROC n.º 148, o Definitório deliberou emitir o seguinte

PARECER

1 - Que seja aprovado o Relatório de Atividades e Contas da Mesa Administrativa relativo ao exercício de 2021;

2 - Que seja aprovado um voto de louvor à Mesa Administrativa, à Comissão Executiva da SCM Riba D´Ave, bem como a todos os trabalhadores e demais colaboradores desta Instituição, pela dedicação com que exerceram as suas funções ao longo do exercício.

Riba D´Ave, 31 de março de 2022

O Definitório,